

RELATÓRIO ANUAL DO MOC 2018



APRESENTAÇÃO

Tornamos público mais um relatório anual de atividades. Publicizamos, assim, nossos resultados, angústias em 2018 e perspectivas e esperanças em 2019. Tornamos público, deste modo, o que nos foi possível fazer e construir na perspectiva de tornar nossa região mais fraterna, justa e humana. Tornar um Sertão cada vez mais justo, nosso sonho e nosso compromisso.

Bem sabemos que aquilo que aqui apresentamos, se comparado ao oceano de injustiças, de destruições da natureza, de ódio, de busca de aniquilação dos mais pobres que presenciamos, se torna uma pequena gota de água.

Sabemos, no entanto, que o apresentado é muito, porque resultado de nosso afeto, de nosso compromisso, da superação de nossos limites e da intransponível certeza de que a justiça e a fraternidade haverão de reinar no mundo. Essa certeza nos move.

Você, leitor, vai encontrar no relatório uma variedade de estilos, de modos de se expressar, de ler a vida, todos movidos pela construção do Sertão Justo. Optamos por deixar expressar-se a diversidade, pois ela representa o que somos. Patronizar seria matar a riqueza de nosso modo de ser.

Quando publicizamos nosso relatório, expressamos nosso agradecimento aqueles que acreditaram em nos, aqueles/as que nos financiaram e que, no Brasil e em várias partes do mundo, se juntam a nos na construção da justiça.

E expressamos, mais do que nunca, nosso compromisso com aqueles e aquelas que conosco, nos grupos de mulheres, nas escolas, nas comunidades, nos empreendimentos solidários, nos processos comunitários de comunicação, na vida do dia a dia, tornaram possível as construções e vitórias que aqui relatamos. Elas pertencem muito mais a eles e elas que a nos.

Porque acreditamos que o conhecimento se constrói na coletividade, ao expor nossos resultados e inquietudes, nós abrimos, de igual modo, as críticas, sugestões, análises de realidade e complementações que nos forem enviados/as. Sabemos que, ao acolhe-los, nos tornaremos melhores.

Na qualidade de Organização da Sociedade Civil, sabemos também que muitas outras organizações somam a nossa, suas gotas de água e, assim, formaremos a chuva copiosa necessária ao crescimento da justiça.

Celia Santos Firmo
Coordenadora Geral

I. ATIVIDADES DO MOC DESCRITAS POR PROGRAMAS

PROGRAMA DE ÁGUA, PRODUÇÃO DE ALIMENTOS E AGROECOLOGIA- PAPAA

1. INTRODUÇÃO

Em termos de objetivo o Programa de Água, Produção de Alimentos e Agroecologia- PAPAA, visa que as *Famílias, comunidades da área de atuação do MOC, fortalecem a soberania, segurança alimentar nutricional e diversificam sua produção, através da incidência política e da implementação de processos e práticas agroecológicas de convivência com. Semiárido. Tudo isso deve ser feito na perspectiva de fortalecer o empoderamento dos/as agricultores/as e comunidades através do processo de assessoria técnica e extensão rural – ATER sistemática. Esta ATER deve ampliar a cultura do estoque como estratégia de produção, armazenamento, conservação e multiplicação das práticas de convivência com semiárido e da agroecologia, promovendo o estoque de água para consumo familiar, água para educar, água para produção de alimentos e dessedentação animal, sementes crioulas, ampliando e fortalecendo a soberania e segurança alimentar nutricional e geração de renda para a agricultura familiar.*

O PAPAA quer, a partir das suas ações e práticas, construir experiências de transformação e de desenvolvimento das famílias e suas organizações, na perspectiva da convivência com semiárido, no campo da agroecologia.

Durante o ano de 2018, o programa atuou em diversos municípios do Território baiano. Estrategicamente suas ações foram desenvolvidas nos Territórios Sisal, Bacia do Jacuípe e Portal do Sertão, com ênfase na implantação de tecnologias sociais de captação de água, valorização e fortalecimento da produção familiar e incentivando adoção de novas práticas agroecológicas, e principalmente o exercício da cidadania, e ampliando debate de geração.

Foram os seguintes os territórios e municípios de atuação do programa:

Território do Sisal: Quijingue, Barrocas, Teofilândia, Araci, Serrinha, Ichu, Barrocas, C. do Coité, Retirolândia, Santaluz, Nordestina Cansanção, Tucano e Monte Santo;

Território Bacia do Jacuípe: Serra Preta, Ipirá, Riachão do Jacuípe, Pé de Serra;

Território Portal do Sertão: Feira de Santana, Santa Bárbara, Conceição da feira e São Gonçalo, em parceria com a COOPESER;

Na realização das suas ações programáticas, o PAPAA enfrentou desafios e dificuldades. Porém, para contribuir na superação destes desafios fez –se necessário e fundamental a articulação em redes, articulações nos diversos espaços de incidência política. Com uma equipe composta por 31 profissionais formados em engenharia agrônoma, assistente social, técnicos em

agropecuária/meio ambiente, animadores, especializada/os em agricultura familiar, além de contar com equipe multidisciplinar da instituição, o Programa alcançou e realizou as ações pautadas na participação social, buscando a melhoria na vida de agricultores/as e suas organizações.

As ações e atividades em 2018 se basearam nas linhas e objetivos estratégicos do programa e da instituição, que serão descritas de forma sintética, transparente para informar, seus apoiadores e a sociedade sobre o desempenho durante este período.

2. DESEMPENHO DO PROGRAMA EM 2018

Para objetivo específico 01- Contribuir para a universalização do acesso a água de consumo familiar e ampliar o acesso à água em escolas do campo.

O ano de 2018 foi marcado pelas perdas dos direitos, sobretudo da classe trabalhadora, das famílias agricultoras, que a cada dia foi surpreendida por cortes e diminuição dos programas e das políticas públicas de fortalecimento da agricultura familiar, sobretudo com a redução substancial das tecnologias sociais de captação de água das chuvas.

Mas apesar de tudo isso, realizamos ações e atividades de formação, implementação e construção de cisternas para diferentes usos, atendemos e alcançamos novas comunidades rurais; diagnosticamos famílias e escolas do campo que estavam em situação de vulnerabilidade de acesso a água e não possuía meios de armazenamento. E essa caminhada foi feita em comum com várias organizações sociais.

Na promoção deste objetivo específico realizaram-se ações e atividades a seguir:

- **1.061 famílias e 28 escolas do campo**, foram identificadas com perfil de integrarem os projetos e programas de implementação de tecnologias sociais de captação e armazenamento de água da chuva para o consumo humano familiar 16.000m³ e armazenamento de água para consumo escolar de 52.000m³
- **1.061** famílias participaram das formações - momento coletivo de diálogo e reflexões sobre convivência com o semiárido e gestão das águas,
- **35 oficinas** de gerenciamento de Recursos hídricos-GRH- com objetivo de abordar a importância da captação do manejo da água de chuva para a melhoria das condições de vida das famílias;
- **28 de escolas do campo** com a implementação de tecnologias sociais de captação de água das chuvas;
- **12 oficinas de GRHE e educação do campo contextualizada**, com intuito de debater princípios e estratégias de educação do campo contextualizada.
- Implementamos, assim 1.061 cisternas, beneficiando o mesmo número de famílias; implementamos, outrossim, **28 cisterna de 52 mil litros nas escolas** do campo, garantindo o abastecimento de água a estas escolas.

Se colocarmos esses números em potencial de armazenamento de água temos 16.976.000m³ para consumo família e 1.456.000m³ para consumo escolar.

Indiretamente atendemos e garantimos a efetivação do direito a água para 5.305 **peessoas** que estiveram no processo de mobilização e recebimento de tecnologias sociais em seus domicílios e 560 pessoas que com a chegada da água nas escolas de suas comunidades tem um novo sentido e condição de possibilitar a garantia do direito a água de beber nos espaços de ensino;

Quadro das atividades e número de participantes

Número de atividades	Atividade realizada	Quantidade média de participantes
35	Reuniões de mobilização das comunidades e famílias para acesso a primeira água familiar.	1.061
35	Cursos de convivência com o SAB e Gestão de água realizados.	1.061
1.061	Cisternas construídas em unidades familiares.	5.305
28	Reuniões de mobilização das comunidades e famílias para acesso a primeira água de educar.	280
3	Cursos de convivência com o SAB e Gestão de água escolar realizados.	84
9	Cursos de Educação do campo contextualizada realizados.	84
28	Cisternas construídas em unidades escolares.	560
01	Capacitação de construção de cisternas de placas.	10

Objetivo específico 02 - Fortalecer o empoderamento dos/as agricultores/as e comunidades através do processo de assessoria técnica sistemática, ampliando a cultura do estoque para a convivência com o Semiárido na perspectiva da agroecologia.

A assistência Técnica e Extensão Rural – ATER - é tida como uma educação não formal, ressignificada nas últimas décadas através das lutas da sociedade civil por meio da efetivação da lei 12.188, de janeiro de 2010, que instituiu a Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural para a Agricultura Familiar e Reforma Agrária - PNATER e o Programa Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural na Agricultura Familiar e na Reforma Agrária – PRONATER. Alcançou-se, no Brasil, um número expressivo de famílias. Contudo, mesmo com os avanços alcançados não foi possível chegar próximo da tão almejada universalização dos serviços junto aos agricultores/as familiares do Brasil.

Com a crise político-financeira que o Brasil vivencia nos últimos anos muitas áreas de ação governamental sofreram cortes, não sendo diferente com a política de ater e de tantas outras políticas e programas impulsionados pela ação da assessoria técnica junto as famílias.

E é nesse cenário que o MOC e o Programa de Água e Produção de Alimentos e Agroecologia perpassou o ano de 2018, com muitas dificuldades no sentido da busca pela ampliação dos investimentos, visando a melhoria de vida das pessoas diretamente ligadas ao nosso trabalho. Demos continuidade aos contratos de Ater firmados em 2015, com início de execução em 2016, financiados pela Superintendência de Ater da Bahia – BAHATER - da Secretaria de Desenvolvimento Rural do Estado, onde se prevê o acompanhamento, durante três anos consecutivos, a um montante de **2160 famílias** que em média totalizam **8.640 pessoas** atendidas diretamente. A assessoria técnica está dividida em 13 municípios de três territórios, sendo eles a Bacia do Jacuípe (Ipirá, Serra Preta, Riachão do Jacuípe e Pé de Serra), Sisal (Araci, Serrinha, Retirolândia, Conceição do Coité e Santaluz) e o Portal do Sertão (Feira de Santana, Santa Barbara, São Gonçalo dos Campos e Conceição da Feira) com 720 famílias em cada território de identidade.

Mesmo com as dificuldades referidas acima, podemos destacar muitos avanços conseguidos conjuntamente com as famílias e outras organizações parceiras nos municípios de atuação da instituição. Neste sentido, garantimos assessoria técnica às 2169 famílias durante todo o ano, de forma continuada pelo terceiro ano consecutivo com a realização de visitas individuais as Unidades Produtivas Familiares – UPF, com a realização de ações a nível da organização comunitária tendo sempre como base a melhoria da produção dentro dos princípios da agroecologia e da convivência com o Semiárido, alcançando índices desejáveis tais como:

- ✓ Mais de 60% das famílias assessoradas entendendo melhor a convivência e adotando práticas de estocagem de forragem para alimentação animal;
- ✓ Cerca de 750 famílias participando de atividades de intercâmbio de experiências a nível municipal e intermunicipal e adotando novas práticas de produção de alimentos;
- ✓ Maior número de famílias engajadas em debates sobre a conjuntura política brasileira e outras temáticas importantes, como as relações sociais de gênero (divisão justa do trabalho, não violência contra as mulheres);
- ✓ Organização e manutenção das Feiras Agroecológicas semanal dos municípios de Conceição do Coité e Retirolândia, Riachão do Jacuípe, Pé de Serra, Ipirá e Serrinha;
- ✓ Acesso a política pública de crédito assessorado e orientado para investimento e aplicado de acordo com a potencialidade da UPF, como também o acesso ao Programa do Garantia Safra;
- ✓ Consolidação de novos grupos organizados de agricultores/as familiares nas comunidades para o beneficiamento de produtos e a comercialização;
- ✓ Participação da juventude rural nas atividades e acessando políticas públicas (crédito PRONAF);
- ✓ Acesso a mudas e sementes com distribuição de mudas de Palma forrageira a 200 famílias, totalizando 200 mil mudas distribuídas;

✓ Fortalecimento e ampliação dos processos coletivos e individuais das práticas da cultura do estoque, especialmente alimento animal e sementes.

Para o alcance destes resultados foram realizadas, dentre outras, as atividades de:

Número de atividades	Atividade realizada	Quantidade média de participantes
7560	Visitas para orientação técnica as UFSC	7560
225	Cursos/Oficinas para troca de experiências e adoção de práticas para a convivência com o Semiárido e Agroecologia.	4500
30	Intercâmbios de Troca de Saberes em Agroecologia e Convivência com o Semiárido.	600
2160	Atividades de Atualização dos Diagnósticos das Propriedades	2160
01	Encontro Inter territorial de Juventude e Agroecologia	100
03	Entrega de mudas de Palma Forrageira	200
04	Grupos organizados (associações e/ou grupos de produção) acessando edital Bahia Produtiva	80
05	Roças comunitárias para multiplicação sementes crioulas	50
02	Implementação de feiras agroecológica (Retirolândia e Conceição do Coité	20

Importante destacar também as ações em que a entidade contribuiu junto com outras organizações da sociedade civil para a realização e participação efetiva do público assessorado, com destaque para a participação da juventude rural. Durante o ano de 2018 acontecerem dois grandes eventos de cunho nacional e internacional que o MOC contribuiu efetivamente para a mobilização das pessoas e construção dos espaços de troca de experiências. Um deles foi a realização do **Fórum Social Mundial** que aconteceu em Salvador – BA. O MOC contribuiu para a realização de oficinas com a de Juventude e a Tenda de Convergências Agroecológicas, ao tempo que mobilizou cerca de 50 participantes garantindo a estes a efetiva participação e protagonismo nos espaços do Fórum. Um outro grande acontecimento no ano foi a realização do **4º Encontro Nacional de Agroecologia que aconteceu em Belo Horizonte – MG**, para o qual o MOC mobilizou esforços para que técnicos da entidade e pessoas assessoradas pudessem participar deste momento ímpar de construção do conhecimento agroecológico. Antecederam ao momento nacional as etapas estadual e regional. Desta maneira o MOC realizou a 2ª Caravana da Juventude Rural com participação de mais de 100 jovens dos territórios como meio de debater temáticas emergentes a este público como também servindo de etapa preparatória para o Encontro Estadual de Agroecologia, acontecido no município de Santa

Barbara – BA, e para o Encontro Nacional. Reafirma-se o papel protagonista da juventude na construção dos referidos espaços de troca de conhecimentos.

Destaca-se no ano também, a nível do estado da Bahia, a grande incidência política que as organizações da sociedade cível tem abraçado no sentido da garantia e ampliação dos direitos dos povos e comunidades rurais. Através da participação nas redes e fóruns, nos quais podemos destacar a atuação protagonista do MOC através do Programa de Água e Produção de Alimentos na Articulação do Semiárido Brasileiro - ASA, no Fórum Baiano da Agricultura Familiar - FBAF e na Articulação de Agroecologia da Bahia - AABA, onde por meio destes espaços conseguimos avançar em temáticas como a agricultura familiar, a segurança alimentar e nutricional, da convivência com o Semiárido, da equidade de gênero e da agroecologia. Estes organismos atuaram, muitas vezes articulados, no sentido de pautar o governo para a garantia de direitos básicos, mesmo no momento de crise política e financeira que atravessamos. Este conjunto de entidades, em que também e de forma protagonista o MOC se coloca, tem conseguido avançar nas disputas pelo espaço de construção de políticas para o campo, tendo como destaque em 2018 o lançamento através do governo do Estado da Bahia de editais públicos com o objetivo de ofertar ATER específica para mulheres rurais como também avançar da construção da agroecologia através do edital de ATER agroecológico.

Em síntese, mesmo com as dificuldades a ação de ATER tem avançado e conseguido bons resultados. Neste sentido, avança-se qualitativamente juntamente com as 2160 famílias assessoradas dado que as mesmas que detém um maior entendimento sobre as boas práticas de gestão dos recursos hídricos e práticas agroecológicas e de convivência com o semiárido, sendo através destas relações estabelecidas que a ATER conseguiu resultados significativos tais como: o aumento do número de famílias estocando alimentos para os animais, aproveitando melhor o suporte forrageiro existente em suas propriedades; aumento das famílias acessando crédito orientado, de acordo com as necessidades e potencialidades de cada realidade; organizações coletivas com regularização da documentação e em dias podendo participar de editais públicos para seu próprio fortalecimento e sustentação; formações de lideranças das associações e dos sócios, debatendo a importância do associativismo; fortalecimento e surgimento de grupos produtivos de mulheres que passaram a produzir e beneficiar sua produção, tendo como consequência a mudança nos hábitos de consumo e comercializando o excedente gerando renda e melhoria da infraestrutura dos espaços coletivos de produção; aumento da prática de armazenamento das sementes da terra//crioulas através das roças comunitárias, fortalecendo a estocagem de sementes, na perspectiva da diversificação e multiplicação das sementes; participação pelas associações e grupos produtivos em editais governamentais e não governamentais, gerando autonomia e sustentabilidade para os mesmos; estreitamento da relação de parcerias com órgãos fomentadoras de crédito a exemplo, o Banco do Nordeste; fortalecimento e surgimento de novos espaços para comercialização, em especial as feiras agroecológicas, consolidadas a partir do assessoramento da ATER e da relação de parceria com as secretarias municipais; ampliação dos quintais produtivos possibilitando uma maior produção de alimentos; maior número de áreas de cultivo de palma forrageira no sistema adensado, por entender que esse tipo de

produção vai da maior produtividade para o/a agricultor/a. Enfim , em quase três anos de ATER , mesmo diante de toda conjuntura adversa, o serviço possibilitou o desenvolvimento e a melhoria de vida das famílias e suas comunidades significativamente. Contudo, ainda permanece muito forte a desigualdade social, ambiental e econômica, uma vez que as mudanças existentes precisam ser continuadas na perspectiva do alcance de um desenvolvimento sustentável para as atividades das famílias e suas respectivas comunidades rurais.

3. CONCLUSÃO

Buscamos, através deste relatório, demonstrar a execução e o alcance dos resultados evidenciados a partir das ações e das atividades desenvolvidas pelo programa.

Neste contexto, avaliar as ações nesse período, nos coloca a pensar e refletir sobre os caminhos trilhados e redirecionar as ações, uma vez que vivenciamos nestes últimos anos forte diminuição das políticas públicas. É importante, assim, perceber a importância e papel das ocupações dos espaços em redes, articulações e fóruns em que atuamos, pois a cada dia sentimos que temos mais força quando estamos juntos, as diversas organizações. Isso ficou evidente em 2018.

Foi um período marcado pela expressão dos sentimentos de ódio, e desprezo pelos marginalizados e pobres. É nessa conjuntura que, continuaremos a ocupar espaço de incidência política, cobrando e reivindicando por nenhum direito a menos, pela vida dos trabalhadores/as, pela democracia e pela justiça.

No desenvolvimento da assessoria às famílias destaca-se a participação destas nos espaços de luta, na capacidade de resistência e de resiliência, com a ampliação e desenvolvimento das práticas agroecológicas , surgindo subsistemas diversos nas unidades produtivas familiares, através da cultura do estoque de água, sementes , alimentos, e principalmente de conhecimentos, promovendo uma maior resiliência aos sistemas o que geram a permanência , melhoria da condições de vida e identidade rural , embasada nas ações com vista na perspectiva de convivência com o Semiárido e da agroecologia.

Por último, temos consciência de que muitos são os desafios que estão postos, mas os nossos compromissos com a agricultura familiar serão fortalecidos baseados nas estratégias e na missão institucional, *Contribuir para o desenvolvimento sustentável, integral e integrado, a inclusão sociopolítica, econômica e cultural, bem como o exercício da cidadania de populações comumente excluídas, povos e comunidades tradicionais, encampando temáticas emergentes no campo das mudanças climáticas, das múltiplas identidades e na perspectiva da Convivência com o Semiárido e da Agroecologia.*

4. RELATOS

a) Mulheres Vigorosas: sinônimo de luta, desenvolvimento sustentável e esperança

O Grupo de Mulheres do Povoado do Sossego município de Retirolândia, Território do Sisal baiano, fica localizado a 11 km da sede do município. O grupo surgiu a partir da realização do diagnóstico participativo da comunidade, no início das atividades coletivas da Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER). Naquela oportunidade algumas mulheres manifestaram desejo de formar um grupo de produção com objetivo de gerar renda. Após esse momento isso tornou-se uma demanda prioritária nas agendas coletivas da comunidade. Foram vários momentos, em especial com as mulheres, que demonstravam interesse na organização e produção de alimentos. Assim foi realizado um estudo de viabilidade com as interessadas a compor o grupo, nesse período elas relataram como eram as ocupações diárias.

“Minha vida e de minhas colegas era acordar cedo, cuidar dos filhos, e trabalhar no motor de sisal, de onde tirava sustento para ajudar o marido em casa” relata Maria Rute, integrante do Grupo de Mulheres.

A realidade das mulheres rurais da comunidade Sossego, teve um grande avanço no campo organizativo graças aos serviços de assistência técnica oferecido pelo Movimento de Organização Comunitária (MOC). Foi através de estudo realizado pela Técnica de ATER- Tainá Matos que se percebeu o potencial e desenvolveu ações que possibilitaram a criação do grupo produtivo, constituído por doze (12) mulheres onde foi intitulado como o nome: Grupo de Mulheres Vigorosas. O grupo trabalha com insumos da própria comunidade aproveitando o potencial da localidade, gerando renda e autonomia para as beneficiárias.

b) Agroecologia e o protagonismo feminino

Na comunidade Ernesto Gomes a 15 quilômetros do município de Ipirá, na Chácara Viva Mais, reside a agricultora Vera Máxima dos Santos, 35 anos, e mora com seu companheiro Naidison Costa dos Santos. É nessa propriedade de apenas duas (2) tarefas, que a agricultora mantém seu quintal produtivo e sua criação de aves caipiras.

Desde muito cedo ela aprendeu com seus pais a viver em harmonia com o meio ambiente, cuidando do quintal produtivo da família para a comercialização na feira livre do município. Ao alcançar a maioridade, sem muita perspectiva na região, Vera abandonou os estudos e decidiu ir para São Paulo em busca de melhorias para ela e sua família. Chegando lá acreditava que iria trabalhar e mudar de vida, no entanto não foi bem isso que aconteceu, como ela afirma: “Fiquei lá por 11 meses, não fiz nada, não trouxe nada, abandonei minha terra, a única coisa que fiz foi carregar alunos para uma

escola. Um dia quando a van parou para deixar as crianças alguém gritou que estava tendo tiroteio na rua, foi um desespero” relata. Sem emprego e sem meios de continuar sobrevivendo na grande São Paulo ela toma a decisão de voltar para a perto da família. “Voltei para perto dos meus pais e trabalhar com a terra”. Ao voltar para suas raízes, retornou à escola onde concluiu o ensino médio “Depois que conclui meus estudos, fui trabalhar na cidade tentando sempre melhorar de vida”, acrescenta.

Após tanto batalhar Vera e Naidison conseguem comprar um pedacinho de terra onde vivem hoje, “Minha maior alegria foi ter comprado meu pedacinho de terra”; na propriedade construíram sua casa e com a pouca água que tinha de um tanque de cimento de 3 mil litros já existente no terreno plantavam algumas hortaliças em quatro canteiros que construiu para o consumo familiar.

No mesmo ano que comprou a propriedade, Vera foi cadastrada na Chamada de Assistência Técnica e Extensão Rural – ATER, do Governo do Estado executada pelo Movimento de Organização Comunitária (MOC). Ela sempre se mostrou muito animada em fazer parte da Ater, diante do diagnóstico realizado na propriedade surgem as necessidades que a família tinha para dar continuidade as atividades que já havia iniciado, trazendo também os desafios como o desejo de aumentar a produção para comercializá-la e garantir elevação de renda para a família.

Produzindo no quintal da casa hortaliças, frutíferas, milho, feijão, abóbora e flores para enfeitar seu jardim sentia a necessidade de uma tecnologia de captação de água da chuva para ampliar sua produção e ter constância na ação produtiva. Por intermediação da Ater, Vera conseguiu ter acesso a uma tecnologia, uma cisterna de produção com capacidade para 52.000 litros de água, e com isso construiu mais 2 canteiros econômicos, onde aumentou sua produção e começou a comercializar na Feira Agroecológica. Ação essa que se desenvolveu numa parceria entre os agentes de Ater no município, o Sindicato do Trabalhadores (as) Rurais, e o Conselho Municipal de Desenvolvimento Sustentável (CMDS) mediante a necessidade de comercialização dos produtos da agricultura familiar por parte dos agricultores/as do município.

Pela demonstração constante do anseio de ampliar a produção e desenvolver práticas agroecológicas em sua propriedade a agricultora foi orientada a renovar a Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP) e buscar o acesso ao crédito junto ao Banco do Nordeste do Brasil (BNB). Após uma análise técnica o projeto que Vera queria desenvolver na propriedade era totalmente voltado para a agroecologia. Daí surge então a parceria do agente de ATER com BNB de maneira que o agente financeiro pudesse se sensibilizar e disponibilizasse à família o acesso à linha do Pronaf Agroecologia, primeiro desta categoria no município. Mediante o acesso ao recurso financeiro Vera foi orientada para aplicar o recurso na propriedade, revisando seu planejamento de forma que pudesse obter resultados significativos, desta forma ela destinou o recurso para ampliação no número de canteiros econômicos, saindo dos iniciais 4 para 12 canteiros. Ampliou também o aviário que conseguiu junto a cisterna de produção, dentre outros investimentos realizados nesse período, tanto com o recurso do crédito bancário como com recursos próprios.

O desejo em ver sua propriedade evoluir e desenvolver numa perspectiva da adoção de práticas agroecológicas e da ampliação da geração de renda a agricultora é ativa na participação das ações desenvolvidas pela assessoria da ATER em sua comunidade e torna-se desta forma uma experimentadora tanto no campo da produção agrícola como também do beneficiamento da produção. Entre os muitos cursos que participou, aprendeu a fazer o tempero completo caseiro o qual comercializa na feira e de porta em porta, e em casa já faz salgados para consumo e para a família.

“A Ater só me trouxe coisa boa, hoje tenho mais conhecimentos sobre agroecologia, sempre que tenho uma dúvida tenho a quem recorrer, mudei minha forma de plantio, aprendi novas práticas que aplico na minha propriedade, e quero sempre continuar aprendendo”. “Hoje tiro uma renda em torno de R\$ 60,00 a R\$120,00 por feira, pretendo fazer entregas de hortaliças e ampliar meu galinheiro para vender os ovos e as aves para abate, hoje sou muito feliz, faço o que gosto que é mexer com a terra” finaliza Vera.

A rápida evolução das práticas agroecológicas desenvolvidas pela família de dona Vera em sua propriedade tem chamado a atenção e desta forma eles já recebem visitas de intercâmbio para troca de experiências com outras famílias como forma de dinamizar as práticas da agroecologia para outras famílias como também demonstrar a possibilidade de vida digna no Semiárido.

PROGRAMA DE FORTALECIMENTO DE EMPREENDIMENTOS ECONÔMICOS SOLIDÁRIOS – PFEES

1. INTRODUÇÃO

O Programa de Fortalecimento de Empreendimentos Econômicos Solidários (PFEES) no ano 2018, intensificou sua ação junto ao seu público. Esse público é composto por Empreendimentos Econômicos Solidários (EES) da Agricultura Familiar e de comunidades tradicionais e nossa atuação é na perspectiva de uma Economia que seja justa, inclusiva e Solidária. Busca-se, para tal, articular as pessoas e grupos em redes, qualificando os processos de gestão, produção, beneficiamento, divulgação e comercialização.

Para viabilizar os processos citados acima, foram realizadas ações previstas em projetos do MOC, de forma integrada, em alguns casos, com outros programas da instituição, dentre esses projetos estão: Execução de Serviço de Assistência Técnica e Extensão Rural – ATER, aos Empreendimentos e Beneficiários(as) no Âmbito do Projeto Bahia Produtiva (SDR/CAR), Parceiros Por um Sertão Justo - Actionaid, Cirandando pelos direitos - Kinder Not Hilfe (KNH), Saberes e fazeres do Semiárido: direito à educação e alimentação saudável – Terre Des Hommes Suisse (TDH), Cooperação do Programa Mais Gestão pela Agência Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (ANATER) – Governo Federal.

Em 2018, o PFEES ampliou sua atuação com atendimento à mais 19 EES no Território de Cidadania do Sisal, fruto de um contrato firmado entre o MOC com o governo estadual e Federal, nos Projetos: Bahia Produtiva e Cooperação.

Em 2018, foram preservadas as principais características do PFEES, quanto ao seu objetivo estratégico e quanto sua divisão em três eixos como explicitamos a seguir:

- **Objetivo estratégico:** Empreendimentos Econômicos Solidários (EES) da Agricultura Familiar e de comunidades tradicionais dos municípios da área de abrangência do MOC, atuando na perspectiva de uma Economia que seja justa, inclusiva e Solidária, articulados em redes e organizados nos processos de gestão, produção, beneficiamento, divulgação e comercialização, fortalecendo a convivência com o semiárido.
- **Eixo Gestão e Participação Social:** com intuito de promover os processos de organização e articulação dos EES e das Redes, na perspectiva da autogestão, da equidade de gênero e participação social.

- **Eixo Acesso a Mercados:** com o intuito de estimular os processos de produção e comercialização dos EES e Redes, para o acesso aos mercados (institucional, convencional e diferenciado) com ênfase no institucional.

- **Eixo Incidência Política:** com o intuito de contribuir nos processos de fortalecimento das políticas de Economia Solidária a partir da participação da equipe nos espaços estratégicos de proposição/elaboração/coo execução.

2. DESCRICAO DE PROCESSOS E ATIVIDADES.

A) GESTÃO E PARTICIPAÇÃO SOCIAL

Em 2018, mesmo com a redução significativa de projetos, o Programa continuou realizando o acompanhamento técnico a duas Redes Regionais: Central de Cooperativas de Comercialização da Agricultura Familiar e Economia Solidária Arco Sertão (Arco Sertão Central) e a Cooperativa Rede de Produtoras da Bahia (COOPEREDE) e de 98 Empreendimentos Econômicos Solidários – EES, na sua maioria filiados as duas redes, sendo associações e cooperativas de produção formadas por homens e mulheres e empreendimentos não formais formados exclusivamente por mulheres e das 05 Feiras Agroecológicas chegando no atendimento diretamente 1.680 e indiretamente via as Redes Regionais a 3.430 pessoas envolvidas.

Para este acompanhamento foi essencial a estratégia de articula-los a nível municipal, em redes consolidadas em Santaluz, Retirolândia, Teofilândia, Riachão do Jacuípe, Exu, Conceição do Coité e Araci, oportunizando o acesso aos mercados e projetos, na construção de propostas coletivas, sem concorrência entre os EES. Garantiu-se que a equipe do PFEES pudesse prestar acompanhamento técnico aos 98 EES destes, 12 empreendimentos de forma sistemática, com projetos produtivos sendo implementados, voltados para melhoria da gestão, produção e comercialização. E centrou na elaboração, acompanhamento social e produtivo de 70 (setenta) Fomentos Rurais.

A equipe do PFEES juntos as REDES e EES filiados centrou suas preocupações nos seguintes aspectos: No cadastro da Agroindústria da Agricultura Familiar (CAAF), elaborando para 23 EES; manutenção da validação da DAP jurídica, oportunizando acesso das redes e seus empreendimentos às políticas públicas de ATER, comercialização e como também as Redes e EES terem acesso aos editais; disso resultou que as 02 Redes (Arco Sertão Central e COOPEREDE) e 11 EES filiados tiveram projetos aprovados, com recursos para custeio e investimentos em torno de R\$ 6,5 milhões, para melhoria na gestão, produção e comercialização.

Em 2018, com apoio da equipe do PFEES e da Cooperativa Rede de Produtoras da Bahia (COOPEREDE), o Grupo Mulheres de Fibras de Santaluz foi premiado, na 6ª edição do Prêmio Consulado da Mulher de Empreendedorismo Feminino.

Dinamizada por um esforço conjunto entre os programas do MOC, em 2018, a comunidade de Jitaí, município de Retirolândia, obteve o reconhecimento de remanescente de quilombo.

b) ACESSO À MERCADOS

O ano de 2018, não foi tão diferente do ano anterior. Foi também um ano marcado pela retirada de direitos. A redução drástica de recurso para o Programa de Aquisição de Alimentos – PAA é um dos exemplos. No ano de 2018, foram enviadas 10 propostas, não aprovadas, devido à escassez de recurso destinados ao PAA.

Outro mercado institucional com que a Rede Arco Sertão Central e os EES contavam como prioritário era o PNAE – Programa Nacional da Alimentação Escolar (Estadual e Municipal). Em 2018 o PNAE Estadual teve poucos avanços no acesso dos EES, pois não houve a contratação, que acarretou em grande prejuízo para a Rede e os EES. O PNAE Município é outro grande entrave, com contratos firmados entre as partes e com valor comercializado durante o período bem abaixo do valor contratado, criando problemas na Rede e nos EES.

Contudo, no ano de 2018, os EES filiados as Redes comercializaram diretamente com as Prefeituras Municipais para o PNAE, o valor de R\$ 2,4 (dois milhões e quatrocentos mil).

As Redes e EES intensificaram a formação, exposição, divulgação e comercialização dos produtos nos espaços de eventos e na participação de Feiras da Agricultura Familiar e Economia Solidária, exemplo da XI Feira do Semiárido: **POLÍTICAS PÚBLICAS E DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL: temos sede de quê?** Como também se explorou mais os espaços fixos de comercialização no Armazém da Agricultura Familiar localizado em Serrinha, Ciranda das Artes, localizado em Feira de Santana, Maria Bonita e Sabores do Nordeste, ambos localizados no município de Santaluz e Flor do Sertão em Araci com ampliação de novos produtos e divulgação pelas redes sociais.

Outra ação importante foi a consolidação das Feiras Agroecológicas nos municípios de Riachão do Jacuípe, Serrinha e Retirolândia, com o funcionamento semanalmente e em processo de consolidação nos municípios de Conceição do Coité, Feira de Santana, Nova Fátima e Ipirá. Essa ação conta com interface com o Programa Água, Produção de Alimentos e Agroecologia (PAPAA) e parceria com o poder público local.

Com relação às duas Redes, ambas tiveram dificuldades no processo de articulação e formação dos EES, pela falta de recursos financeiros para realização de encontros. Contudo, não deixaram de estimular à comercialização por suas filiadas. Embora se mantivesse no mesmo patamar em volumes de comercialização do ano anterior no faturamento, conforme especificado logo abaixo.

(1) *Rede Arco Sertão Central*

O Armazém da Agricultura Familiar e Economia Solidária, em 2018 intensificou a comercialização dos produtos das suas filiações e empreendimentos parceiros frente às Prefeituras e Escolas Públicas Estaduais e municipais para as vendas pelo Programa Nacional de Alimentação escolar – PNAE e participou também nas licitações públicas. Também vale destacar as vendas diretas aos viajantes e turistas no “show room” localizado no município de Serrinha, as participações de Feiras da Agricultura Familiar e Economia Solidária e eventos.

Um das ações bastante intensificadas foi a participação das chamadas públicas dos órgãos federais como: Universidade do Recôncavo Baiano, Grupamento de Apoio de Salvador (GAP-SV), Comando do 2º Distrito Naval, 19º Batalhão de Caçadores, 1º Companhia de Infantaria, Centro de Intendência da Marinha em Salvador, Base Aérea de Salvador, totalizando 07 contratos firmados.

Em 2018, foi comercializado um total de R\$ R\$ 1.027.530,36 (Um milhão e vinte e sete mil, quinhentos e trinta reais e trinta e seis centavos) valores comercializados pelos Empreendimentos Econômicos Solidários – EES via Arco Sertão Central, gestora do Armazém da Agricultura Familiar e Economia Solidária, no mercado institucional (PNAE Município e PNAE Estado) e órgãos federais, a varejo e prestação de serviços no fornecimento de alimentação, sendo 81% deste valor para os mercados institucionais (PNAE Municipal, PNAE Estadual e PAA Institucional).

(2) *Rede COOPEREDE:*

A COOPEREDE deu continuidade às ações de comercialização através dos espaços solidários, localizados um no município de Feira de Santana, e outros espaços solidários dos EES filiados, dois em Santaluz e um em Araci com vendas de artesanatos e alimentos. A COOPEREDE no espaço solidário presta serviços com o fornecimento de alimentação e hospedagens participando de licitações públicas.

Em 2018, os Empreendimentos Econômicos Solidários - EES formados exclusivamente por mulheres via COOPEREDE comercializaram o montante de R\$ 922.155,61 (novecentos e noventa e dois mil, cento e cinquenta e cinco reais e sessenta e um centavos), nas vendas produtos de artesanatos, alimentos in natura e processados, além das mulheres que se dedicam à preparação dos alimentos e manutenção do espaço de realização dos eventos e nas participações de Feiras da Agricultura Familiar e Economia Solidária e eventos.

3. INCIDÊNCIA POLÍTICA

Com atuação no campo do fortalecimento da Economia Solidária e da Agricultura Familiar, a equipe técnica do PFEES e as Redes (Arco Sertão Central e COOPEREDE), estão inseridos em

diversos espaços de construção e implementação das políticas públicas e espaços de incidência política, entre os quais destacamos: Fórum Estadual de Economia Solidária, Fórum Estadual da Agricultura Familiar, Conselho Estadual de Economia Solidária, Câmara Técnica Estadual de Comercialização, Conselho Regional de Desenvolvimento Rural Sustentável da Região Sisaleira do Estado da Bahia, Conselho Regional de Desenvolvimento Rural Sustentável da Bacia do Jacuípe e Conselho Regional de Desenvolvimento Territorial Portal do Sertão da Bahia. Nesta ocupação de espaço as Redes e os Empreendimentos Econômicos Solidários adentram na luta pelos direitos, no acesso aos projetos, na ampliação do acesso aos mercados.

Essas duas REDES tem um papel fundamental junto aos seus EES, pois fazem a representação política e institucional dos EES filiados nos diversos espaços de discussão de política e de representação da agricultura familiar e economia solidária.

E em 2018, as 02 redes (Arco Sertão Central e COOPEREDE) e EES representaram seus filiados na participação do Fórum Social Mundial, na formação, divulgação e comercialização dos seus produtos

4. CONCLUSÕES: RESULTADOS E PERSPECTIVAS PARA 2019

O ano de 2018, foi muito desafiador para o PFEES – Programa de Fortalecimento dos Empreendimentos Econômicos Solidários - devido à escassez de projetos que viabilizassem o acompanhamento as Redes e aos EES de forma sistemática. Nesse contexto, uma tentativa de superação destas questões foi a consolidação das redes municipais para o atendimento aos EES de forma coletiva, o que foi essencial no atendimento as Redes e EES neste ano. Essa estratégia vem fortalecendo tanto a articulação para acesso aos mercados (PNAE e feiras agroecológicas), quanto a participação de eventos, feiras da Agricultura Familiar e Economia Solidária, no acesso a editais, como também no desenvolvimento de ações em outras áreas. Este método foi importante para o fortalecimento da autonomia e união dos EES, que puderam dialogar e negociar entre eles, de forma justa e solidária, para a articulação e desenvolvimento de suas ações tanto de formação, como de organização política no município e no território.

Em 2018, as Redes e os EES intensificaram os processos de exposição, divulgação e comercialização dos produtos da Agricultura Familiar e Economia Solidária em Feiras e Eventos. Intensificaram também as ações de manutenção direcionadas ao fortalecimento dos pontos fixos de comercialização mantidos pelos empreendimentos assistidos, sendo 5 pontos: No Armazém da Agricultura Familiar localizado em Serrinha, Ciranda das Artes, localizado em Feira de Santana, Flor da Caatinga, localizado em Araci, Maria Bonita e Coobemos, ambos localizados no município de Santaluz.

A Equipe do PFEES buscou alternativas para a viabilização de diversas ações juntos aos EES, dedicando-se na elaboração de propostas dos editais disponíveis pelo governo federal e do estado.

Entretanto, apesar dos avanços ainda existem muitos desafios a serem superados no ano 2019. Entre eles, os mais relevantes são os seguintes:

- ✓ Dependência dos programas institucionais e políticas públicas dos governos nas três esferas, o que sujeita os EESS a diversos fatores, que vão desde a redução e cortes de verbas destinadas a esses programas até casos de ingerência política.
- ✓ Pouca inversão para o mercado convencional
- ✓ Limitação na comercialização, devido a não certificação dos produtos de origem animal e as polpas de frutas. Muitas vezes esse processo esbarra em burocracias vinculadas aos sistemas legislativos pertinentes a cada setor produtivo. Seja pela ausência de legislações mais condizentes com a realidade de pequenos produtores, seja por deficiência nas estruturas das entidades reguladoras;
- ✓ Limitação dos EES no acesso ao Selo de Identificação da Agricultura Familiar (SIPAF), importante ferramenta para identificação dos produtos oriundos da agricultura familiar e que proporciona a isenção de 100% do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços (ICMS).

Assim, desafiador para a equipe do PFEES junto as Redes e EES, é reforçar o entendimento sobre a necessidade e os desafios postos para os EES da Agricultura Familiar e Economia Solidária, a necessidade de política públicas eficientes e em perfeita sintonia com suas características do EESS, para que seu processo organizativo dos empreendimentos, permitam um melhor acesso aos mercados, dando perspectivas de melhoria de vida para os agricultores e agricultoras familiares.

PROGRAMA DE GÊNERO

1. INTRODUÇÃO

Neste relatório anual o Programa de gênero apresenta o percurso do ano de 2018, caminho feito juntamente com as mulheres e meninas que contribuíram mais diretamente para o alcance dos resultados. O mais importante, porém, é como essas ações contribuíram para ressignificar a vida das mulheres da região Semiárida da Bahia e melhorar as condições de vida, com vistas a promoção da igualdade e equidade de gênero.

Neste sentido, caminhou-se a luz do seguinte **Objetivo Estratégico de Mudança**: Mulheres nas áreas rurais e periurbanas empoderadas sociopolítico, econômica e culturalmente avançam com suas famílias, comunidades e organizações na construção de relações justas e solidárias na perspectiva da promoção da igualdade e equidade de gênero através de ações integradas e transversalidades institucionalmente. De modo mais específico, atuamos nos territórios do Sisal e Bacia do Jacuípe através das auto-organizações de mulheres e as organizações mistas que possuem secretarias e coletivos de mulheres.

No ano de 2018 tivemos alguns marcos que precisam ser lembrados na busca de garantir os mecanismos de construção da democracia. Atuar no campo da defesa dos direitos humanos das mulheres e meninas requer estabelecer uma rede de proteção e combate pela retomada de direitos que foram conquistados em tão pouco tempo e já marcavam positivamente a vida das mulheres rurais, proporcionando autonomia e encorajamento para avançar na conquista de mais direitos que, historicamente, foram negados.

Esse foi o cenário em que o Programa de Gênero atuou juntamente com as mulheres para enfrentar no decorrer do ano, criando frentes para combater o machismo, racismo, fascismo, LGBTfobia. Isso só foi possível porque atuamos no campo da formação, enfrentamento a violência contra as mulheres e em prol da auto-organização das mulheres.

2. EIXOS ESTRATÉGICOS E OBJETIVOS – TECENDO OS FIOS DA RESILIÊNCIA

O fio condutor para a realização das nossas ações foram os três eixos estratégicos e seus respectivos objetivos específicos. Para isso, o Programa de Gênero caminhou a luz dos seguintes eixos e objetivos estratégicos:

- ✓ **Transversalidade de Gênero** - Desenvolver com os programas e projetos do MOC ações estratégicas na dimensão de gênero com vistas à promoção da igualdade entre mulheres e homens no Semiárido baiano;
- ✓ **Enfrentamento à violência contra as mulheres rurais e periurbanas** - Promover formação e informação articulada com homens e mulheres para o acesso aos mecanismos de prevenção e enfrentamento a violência doméstica, familiar e institucional contra as mulheres;
- ✓ **Assessoria sociopolítica as organizações de mulheres** – Potencializar as organizações de mulheres mediante assessoria e qualificação política para maior incidência nos espaços de definição, controle social e acesso às políticas públicas visando à garantia dos seus direitos;

- ✓ **Incidência Política**- atuar em espaços estratégicos, de maneira que possa intervir diretamente nas políticas públicas para as mulheres, na proposição e elaboração de propostas e políticas que garantam seus direitos.

Neste contexto, os movimentos de mulheres e feministas tem protagonizado lutas cotidianas, provocando a inclusão do debate sobre gênero e as condições desiguais em que as mulheres e meninas são submetidas. Isso tem conquistado espaços e atenção da sociedade e agendas de organizações sociais e algumas instâncias de governos. Paralelo a isso, as feministas têm atuado fortalecendo as trincheiras de resistência a uma onda conservadora e machista que tomou conta do nosso país e dos discursos de ódio. Nesse contexto, o MOC através do Programa de Gênero atuou de modo a fortalecer as organizações de mulheres.

Contamos com apoio e parceria de organizações comprometidas com a igualdade e equidade de gênero e o fim da violência contra meninas e mulheres, que proporcionou desenvolver um conjunto de ações com as mulheres, meninas, equipe técnica do MOC, agricultores e agricultoras, crianças e adolescentes, com parceiros locais, através dos seguintes eixos estratégicos:

Transversalidade de Gênero – Neste campo, o esforço do Programa de Gênero tem sido no sentido de sensibilizar a equipe do MOC para incorporar a dimensão da equidade de gênero nos seus processos de trabalho. Para isso, foram realizadas construções coletivas internas, no sentido de potencializar o trabalho do programa de gênero e as equipes incorporassem cada vez mais perspectivas concretas da dimensão de gênero. Isso se concretizou muito junto a equipe de assistência técnica. Inserir a dimensão de gênero nas ações da Assistência Técnica é reconhecer o protagonismo das mulheres e garantir sua participação em espaços e atividades como: Feiras Agroecológicas municipais, na geração de renda e produção agroecológica, Encontro Nacional de Agroecologia-VI ENA além da inserção dos homens nos debates sobre violência de gênero tem sido caminhos percorridos a partir do trabalho parceiro com os programas.

Enfrentamento à violência contra mulheres e meninas- trabalhar em torno da prevenção e enfrentamento a violência de gênero tem sido cada vez mais desafiador numa sociedade intolerante. Assim, o MOC se sente responsável por essa causa e abraçou e tem somado esforços com as organizações parceiras e apoiadores no sentido de ampliar as ações e alcançar cada vez mais mulheres e meninas. Desnaturalizar a violência é também pautar a mudança de padrões de comportamentos que inferioriza as mulheres e sua capacidade de pensar, decidir, agir e ser dona da própria vida. Aproximar os homens e meninos desse debate se faz necessário, inclusive pelo viés da educação não sexista, com a juventude rural e agricultores os quais as equipes atuam diretamente. No ano de 2018, com a realização da campanha **“#Precavida, não a violência contra mulheres e meninas”** o Programa de Gênero amplia seu compromisso no enfrentamento a violência de gênero envolvendo as meninas, visto que, assim como as mulheres, elas também estão submetidas a violência doméstica perpetrada pelos parentes, vizinhos e amigos mais próximos de uma mesma

comunidade e na sua grande maioria silenciada. Os dados apresentados pelo Mapa da Violência (2016) apontam o aumento desse índice entre as meninas e mulheres jovens, principalmente as negras e pobres. A campanha é um compromisso político e humano do MOC e todas as organizações que se envolveram diante do contexto de negação e violação de direitos em que meninas e mulheres rurais, negras, urbanas e Peri urbanas são submetidas cotidianamente.

Assessoria sociopolítica as organizações de mulheres- Atuar no fortalecimento das auto-organizações de mulheres e outras mistas tem sido um compromisso e uma estratégia institucional, dado o papel relevante que elas desempenham para as mulheres rurais e a necessidade de elas se sentirem legitimamente representadas, tendo uma instância jurídica para essa finalidade. Para isso, garantir a formação política, apoiar a articulação em redes para unificação de pautas nos territórios são fundamentais para fortalecer a atuação das organizações de mulheres, bem como a incidência política nos espaços estratégicos de modo que interfira na proposição e controle social de políticas públicas. Os movimentos têm se organizado na Rede de Enfrentamento ao Racismo Institucional, no Comitê de Mulheres do Sisal, além de outros espaços locais de relevante importância para garantia dos seus direitos.

No campo da Incidência Política – Não se pode falar em garantia de direitos sem que as pessoas participem desse processo e para isso é fundamental a permanência de espaços legítimos que promova a participação cidadã nas tomadas de decisão sobre as questões que afetam suas vidas. Em 2018, vimos de perto as ameaças, pelo Governo Federal, do fechamento de mecanismos de participação para proposição e controle social das políticas públicas. O Programa de Gênero tem assumido a ocupação de espaços que dialoga e defende os direitos das mulheres, como: Comitê de Mulheres do Conselho dos Territórios do Sisal e Bacia do Jacuípe, Fórum Estadual de Enfrentamento a Violência contra as Mulheres do Campo, Rede Feminismo, ATER e agroecologia, Conselho Estadual da Mulher, GT de Mulheres da ANA- Articulação Nacional de Agroecologia, a qual realizou e sistematizou a pesquisa sobre as cadernetas agroecológicas, de que o MOC fez parte. Percebe-se a fragilidade de alguns espaços e a desarticulação das pessoas, ora por falta de apoio, mas também por desmobilização. Não tem sido fácil nos manter firmes nestes espaços quando a democracia vive sob ameaça constante. E a falta de democracia pesa mais na vida das mulheres.

3. ATIVIDADES REALIZADAS E RESULTADOS ALCANÇADOS

Contribuir na construção de um sertão mais justo para todos e todas. Para isso é preciso tecer os fios da resistência e solidariedade, com muitas mãos, sonhos e corações para alcançar os locais mais longínquos no meio rural, fazer com que a informação chegue, principalmente para as mulheres que ainda vivem confinadas nos espaços privados, motivando-as a participação social e acesso aos seus direitos. Todo esse processo acontece a partir da implementação das atividades planejadas em sinergia com parcerias locais, apoiadores, lideranças, poder público e com as demais equipes que constituem o MOC. Sendo assim, a partir de cada eixo destacamos as atividades implementadas e os avanços com seus resultados concretos que respinga e resinifica a vida das mulheres e meninas, nos territórios do Sisal e Bacia do Jacuípe, a saber:

Eixo 1: Transversalidade de Gênero – As atividades realizadas em parceria com as demais equipes do MOC foram mais direcionadas no campo da agroecologia, como: Encontro sobre ATER, mulheres e agroecologia na Bacia do Jacuípe; Participação de 12 mulheres na pesquisa sobre as cadernetas agroecológicas; Participação das mulheres nos encontros Estadual e nacional do IV ENA (Encontro Nacional de Agroecologia, Belo Horizonte); Organização da Feira Agroecológica de Nova Fátima junto ao Sindicato; Oficina com Adolescentes e famílias sobre relações de gênero e gravidez na adolescência; Oficinas municipais com as famílias e grupos de produção sobre a dimensão da agroecologia e de gênero.

Resultados alcançados:

- 01 pesquisa sistematizada e divulgada envolvendo o MOC e as agricultoras, sobre a participação das mulheres na agroecologia e sua contribuição na renda e segurança alimentar das famílias. Os resultados da pesquisa, além de dar visibilidade ao protagonismo das mulheres também servirão como instrumento de negociação de políticas públicas para as agricultoras;

- 30 Agricultoras sensibilizadas atuando na perspectiva da dimensão de gênero na agroecologia, exercitando práticas sobre a divisão justa do trabalho doméstico e do cuidado;

-01 carta política elaborada e apresentada no IV ENA com a participação e intervenção do MOC em que foram inseridas questões de gênero e raça como norteador das políticas públicas na agroecologia, propondo participação, financiamento e visibilidade para as mulheres;

Eixo 2: Enfrentamento à violência contra as mulheres- Essa pauta é um compromisso político e humano com a vida das mulheres, algo que o MOC tem assumido, como também disseminado a problemática da violência de gênero para que outros segmentos. Nas ações realizadas pautou-se a violência também sofrida pelas meninas, levando a mensagem da campanha **“#Pela Vida, Não a violência contra Meninas e Mulheres”**, que agregou outras atividades como: Seminário Inter territorial se lançamento da campanha com a participação da Ronda Maria da Penha e Coletivo Tamo Juntas, Rodas de conversas nos municípios e comunidades rurais, Audiência Pública sobre os mecanismos de proteção as mulheres no território, Apresentação da Campanha em Salvador no Encontro Estadual de Mulheres Rurais pelo MMTR Regional. Todas as atividades foram realizadas com as diversas parcerias do MOC, assim como a proposta da campanha que foi construída coletivamente com o Comitê de Mulheres do Sisal e implementada principalmente com o apoio das organizações parceiras Actionaid e KNH.

Resultados alcançados:

- **208 Mulheres com conhecimentos ampliados sobre** violência contra meninas e mulheres e os mecanismos de proteção promovem debates e rodas de conversas nas suas bases de atuação;

- 08 Gestores municipais aderem e realizam a campanha de enfrentamento a violência contra as mulheres e meninas, junto com as organizações de mulheres;

-02 Conselhos constituídos (Araci e Ichu), ao todo, são oito conselhos municipais de direitos das mulheres constituídos. São importantes espaços e instrumentos de proteção dos direitos das mulheres, tendo a questão da violência como pauta central;

- 01 Carta política elaborada e apresentada em audiência pública sobre a instalação da DEAM no território do Sisal e Bacia do Jacuípe e outros equipamentos necessários para proteção das mulheres em situação de violência.

-01 Município (Riachão do Jacuípe) adere ao tema do enfrentamento e violência na jornada pedagógica e propõe um projeto de lei para que a temática seja inserida na grade curricular das escolas municipais (proposta está sendo dialogada com a via organização de mulheres e conselho para apresentar ao legislativo);

Eixo 3: Assessoria sociopolítica as organizações de mulheres- ações realizadas na perspectiva da organização e estruturação das organizações de mulheres, inclusive com a atualização dos respectivos Estatutos de forma que atenda as exigências do novo Marco Regulatório para as Organizações da Sociedade Civil-MROSC. As atividades realizadas foram: Planejamento e monitoramento das organizações de mulheres; Oficinas sobre atualização jurídica dos Estatutos das organizações de mulheres (MMTRs); Oficinas territoriais sobre gestão das organizações de mulheres e participação social; Encontros territoriais sobre a participação das mulheres na política; Oficinas intermunicipais com meninas sobre relações de gênero, raça e desigualdades; Oficina sobre o combate ao Racismo Institucional; Apoio a participação das mulheres no Fórum Social Mundial e Assembleia mundial das Mulheres em Salvador – BA.

Resultados alcançados:

- ✓ 50 Mulheres rurais nos 07 municípios, participando, gerenciando e intervindo nas suas organizações femininas/feministas e mistas, enquanto instâncias de representação de suas lutas;
- ✓ 25 meninas em 08 municípios capacitadas incidindo em espaços locais, comunitários sobre gênero, raça, prevenção e enfrentamento a violência de gênero;
- ✓ 35 mulheres integram espaços de incidência política e destas, 25 conseguem fazer as intervenções necessárias para a ampliação do acesso aos direitos.

Eixo 4: Incidência Política- estrategicamente, esse tem sido um eixo adotado por todas as equipes, o que nos proporciona contribuir na elaboração e controle social das políticas públicas para as mulheres. Desse modo, temos atuado em espaços como: Conselho Estadual de Defesa dos Direitos das Mulheres; GT de Mulheres da ANA -Articulação Nacional de Agroecologia; Comitês Territoriais de Mulheres do Sisal, Bacia do Jacuípe e Portal do Sertão; Rede ATER, Feminismo e Agroecologia (Nordeste) e; Fórum Estadual de Enfrentamento a Violência contra as Mulheres do Campo. Esta última instancia com dificuldades de atuar de forma mais sistemática e consistente.

Resultados alcançados:

- 01 Pesquisa nacional realizada e sistematizada sobre a participação, visibilidade e produção das mulheres na agroecologia que, a nível do MOC, contou com a participação de 12 mulheres rurais do Território do Sisal e Bacia do Jacuípe;
- Adesão das Cadernetas Agroecológica na chamada de ATER para mulheres do governo do Estado com a participação do MOC através do programa de Gênero na capacitação das organizações executoras;
- Integração do PGEN/MOC e Lideranças das organizações de mulheres na criação da Rede de Enfrentamento ao Racismo Institucional do Território do Sisal;

4. CONSIDERAÇÃO FINAIS – SEGUIR A CAMINHADA NA RESISTÊNCIA

Parafraseando Martin Luther King “...Não somos mais o que éramos...” ao olharmos os caminhos que percorremos, as lutas que travamos, as sementes que plantamos, o pedregulho e os tropeços. Nada disso nos fez parar porque temos aqui uma missão a cumprir para que mulheres e meninas tenham uma vida livre de todas as formas de violência e se construa uma sociedade onde haja, igualdade de oportunidades para mulheres e homens.

É preciso, no entanto, avaliar cada ponto do que foi realizado, os resultados alcançados e aqueles que não conseguimos avançar de modo que possamos traçar novos jeitos de caminhar.

Diante da conjuntura política nacional e das agendas diversas em que os movimentos de mulheres e feministas tiveram que assumir em defesa da democracia e da manutenção dos seus direitos, atravessamos um período complexo e de desafios internos e externos. Não avançamos o quanto devíamos. Dentre os desafios identificados, foram: Dificuldade de equilibrar as agendas com questões outras que surgiram; Redes de Enfrentamento a violência contra as mulheres fragilizadas e desarticuladas; Resistência dos homens nos debates de gênero e enfrentamento a violência; Pautas de interesse das mulheres estagnadas nos espaços de incidência política principalmente os territoriais com os CODETER (Colegiados Territoriais) e os GTs e Conselho Estadual da Mulher e Fórum Estadual de Enfrentamento a violência; Dificuldade de avançar na interface para dimensão da educação não sexista e inclusiva; Organizações mistas com forte poder concentrado nos homens, principalmente nos sindicatos onde as secretárias de mulheres têm pouco poder de decisão, além de suas pautas não serem consideradas prioritárias, o que dificulta a participação na gestão.

O contexto interno e externo que estamos vivendo exige de nós capacidade de repensar as estratégias e inová-las de modo a responder as demandas existentes e superar as dificuldades encontradas. Requer-se hoje processos de fortalecer as formações com mulheres e meninas, apoiar as organizações de mulheres, fortalecer e ampliar a campanha de enfrentamento a violência de gênero, bem como a campanha “Por uma educação não sexista, racista”, além de reforçar a incidência política nos espaços estratégicos para que atuando em redes possamos nos manter mais fortes e combativas ante as diversas formas de opressão que são vivenciadas pelas mulheres rurais e pobres

da nossa sociedade, mais especificamente aquelas da região Semiárida. Nenhuma mulher ou menina merece deixar de ser ou fazer pelo fato de serem mulheres, para isso, precisamos nos manter nas trincheiras de luta, alargando as fileiras da resistência e solidariedade. Como diz a escritora Nigeriana, Cimamanda Ngozi Adichie– Precisamos encorajar mais mulheres a se atreverem a mudar o mundo”.

a) DEPOIMENTOS

Minha caminhada no movimento começou com uma formação para jovens lideranças dos movimentos de mulheres no ano de 2016 através do MMTR Regional e o Programa de Gênero do MOC. Participei desta formação com o objetivo da valorização do auto estima, do empoderamento das jovens e para ocupação de novos espaços como liderança. Perdi o medo das coisas, como fala ao microfone, falar em público. Hoje sou uma mulher diferente, pois conheço meus direitos. Hoje ocupo diversos espaços públicos como conselhos municipais e represento o MMTR Regional na diretoria do MMTR/NE, além de atuar na secretaria de jovens do SINTRAF Araci. Sou formada em técnica agropecuária e não preciso sair da zona rural para a cidade a procura de emprego, me sinto completa como mulher. Nome: Leidiana Cruz do Espírito Santo, 21 anos, Comunidade de Retirada, município Araci- BA

b) QUADROS DE ATIVIDADES/ATENDIMENTOS.

ATIVIDADE	QUANTIDADES REALIZADAS	PUBLICO ENVOLVIDO / BENEFICIÁRIO		
		CARACTERIZAÇÃO	PARTICIPANTE (por atividade)	TOTAL
Seminário Territorial de Representantes de Beneficiários	02	Agricultores/as familiares organizados/as em Empreendimento Econômico Solidário (EES)	14	28
Encontros Comunitários	31	Agricultores/as familiares organizados/as em Empreendimento Econômico Solidário (EES)	22	682
Oficinas de Formação e Capacitação ACR	02	Agricultores/as familiares organizados/as em Empreendimento Econômico Solidário (EES)	12	24
07 – Encontros municipais de qualificação na organização e gestão das feiras agroecológicas e temáticas (contrapartida)	07	Agricultores/as familiares organizados/as em Empreendimento Econômico Solidário (EES)	15	105
02 – Encontros de planejamento, monitoramento e avaliação dos EES e	02	Agricultores/as familiares organizados/as em Empreendimento Econômico Solidário (EES)	30	60

Redes				
02- Oficinas municipais com famílias e grupos de produção sobre a dimensão da agroecologia e gênero como elemento estratégico para o desenvolvimento comunitário.	02	Agricultores/as familiares organizados/as em Empreendimento Econômico Solidário (EES)	20	40
03 Oficinas municipais com os empreendimentos sobre Boas Práticas de Fabricação e Alimentação Saudável.	03	Agricultores/as familiares organizados/as em Empreendimento Econômico Solidário (EES)	20	60
03 Encontros municipais para discussão, definição, monitoramento e avaliação do acesso ao PNAE com os empreendimentos.	03	Agricultores/as familiares organizados/as em Empreendimento Econômico Solidário (EES)	20	60
02 Audiências públicas sobre o PNAE, com gestores, parceiros e empreendimento.	02	Agricultores/as familiares organizados/as em Empreendimento Econômico Solidário (EES)	30	60
10 Visitas técnicas para orientação e elaboração de propostas de comercialização para o PNAE.	10	Agricultores/as familiares organizados/as em Empreendimento Econômico Solidário (EES)	10	100
01 – Audiência Pública regional sobre mercados institucionais com as Redes (COOPEREDE e Arco Sertão Bahia) e seus filiados/as.	01	Agricultores/as familiares organizados/as em Empreendimento Econômico Solidário (EES)	40	40
10 Visitas técnicas para orientação e elaboração de propostas de comercialização para o	10	Agricultores/as familiares organizados/as em Empreendimento Econômico Solidário (EES)	10	100

PNAE.				
Reunião das redes de EES municipais	84	Agricultores/as familiares organizados/as em Empreendimento Econômico Solidário (EES)	20	1.680
Visitas Técnicas para orientação e elaboração de propostas de investimentos e custeios para os editais abertos.	30	Agricultores/as familiares organizados/as em Empreendimento Econômico Solidário (EES)	10	300
04 – Elaboração do Plano de Negócios de 4 EES	04	Agricultores/as familiares organizados/as em Empreendimento Econômico Solidário (EES)	20	60
04 - Oficinas comunitárias de qualificação da produção das famílias com base nos princípios da ECOSOL (Miranda, Rose, Mucambinho e Jitaí)	04	Agricultores/as familiares organizados/as em Empreendimento Econômico Solidário (EES)	20	80
Apoiar a participação nos espaços de incidência política com visitas a garantia dos direitos humanos nas diferentes áreas.	10	Agricultores/as familiares organizados/as em Empreendimento Econômico Solidário (EES)	3	30

c) QUADRO DE MAPEAMENTO DE ATIVIDADES REALIZADAS E QUANTIFICAÇÃO DE PARTICIPANTES

ÁREA PROGRAMÁTICA: Programa de Gênero

ATIVIDADES REALIZADAS	PARTICIPANTES							
	IDADE						SEXO	
	Até 12 anos	13 a 17 anos	18 a 24 anos	25 a 40 anos	41 a 60 anos	De 61 acima	M	F
07 Reuniões de planejamento e monitoramento das ações das organizações de mulheres.			12	58	53	5	3	125
	128							
01 Encontro regional de avaliação das ações de incidência política das organizações de mulheres		1	3	6	11	4		25
	25							
02 Oficinas territoriais sobre controle social e políticas para as mulheres com as conselheiras municipais de defesa dos direitos das mulheres e redes de enfrentamento a violência.		1	5	41	20	3	1	69
	70							
02 Oficinas territoriais sobre gestão das organizações de mulheres e participação social.			15	24	15	1	4	51
	55							
02 Encontros territoriais sobre a participação das mulheres na política e políticas públicas – Avanços e desafios nos mandatos em exercício.			4	44	18			66
	66							
01 Audiência Pública regional sobre os mecanismos de prevenção e enfrentamento a violência contra as mulheres e meninas.	1	2	11	42	21	5	7	75
	82							

07 Rodas de conversas municipais sobre violência contra meninas e mulheres e os mecanismos de proteção envolvendo homens e meninos.	5	26	20	70	75	15	38	170
	208							
02 Oficinas intermunicipais com meninas sobre: Relações de gênero e desigualdades, a questão racial e a violação dos direitos das mulheres e meninas negras e, violência contra as mulheres e meninas e os mecanismos de enfrentamento.	1	15	12	34	12			55
	55							
01 Campanha de prevenção e enfrentamento a violência contra as mulheres e meninas.								
	1300							
Oficina municipal com Adolescentes e famílias sobre relações de gênero e gravidez na adolescência – Santa Luz	4	11	7	7	2	2		33
	33							
Oficina municipais com as famílias e grupos de produção sobre a dimensão da agroecologia e de gênero como elemento estratégico para o desenvolvimento comunitário - Retirolândia				23	5	4		32
	32							
Encontro de Avaliação e Planejamento do MMTR Regional- Avanços, desafios e possibilidades para o acesso das mulheres rurais aos seus direitos;			1	14				15
	15							
Oficina sobre o estatuto do MMTR e o Marcos Regulatório das Organizações da Sociedade Civil-MROSC			3	7				10
	10							
Encontro formativo com educadores/as sobre relações sociais de gênero e protagonismo feminino, enquanto elementos do Desenvolvimento		04	09	07	01			21
	21							

Comunitário.								
Oficinas municipais com as famílias e grupos de produção sobre a dimensão da agroecologia e de gênero como elemento estratégico para o desenvolvimento comunitário – Santa Luz	02	11	07	07	02	01		30
	30							
Rodas de conversas comunitárias sobre relações sociais de gênero e problematização das desigualdades que afetam a vida de meninas e mulheres – Lagoa Grande(Retirolândia).	01	01	02	09	05	03	02	19
	21							
Rodas de conversas comunitárias sobre relações sociais de gênero e problematização das desigualdades que afetam a vida de meninas e mulheres – Vista Bela(Retirolândia).	06	03		07	03	03		22
	22							
Rodas de conversas comunitárias sobre relações sociais de gênero e problematização das desigualdades que afetam a vida de meninas e mulheres – Laginha (Retirolândia).			3	14	3			20
	20							

PROGRAMA DE EDUCAÇÃO DO CAMPO CONTEXTUALIZADA (PECONTE) MOC

A Educação do Campo Contextualizada enquanto direito das crianças e adolescentes do Semiárido baiano



Ciranda das crianças, professoras e coordenadoras municipais da Educação do Campo Contextualizada

5. INTRODUÇÃO

Tendo como objetivo estratégico **“Crianças e adolescentes dos municípios de atuação do Programa tendo acesso aos direitos à educação contextualizada na perspectiva da Convivência com o Semiárido, alimentação saudável, esporte, cultura e lazer, expressando suas potencialidades criativas e contribuindo para desenvolvimento sustentável.”**, o Programa de Educação do Campo Contextualizada (PECONTE), eixo programático do Movimento de Organização Comunitária (MOC), realizou as suas ações e atividades pautadas nessa perspectiva, a partir do seu Planejamento Operacional Anual 2018.

O PECONTE tem como público prioritário crianças e adolescentes das escolas do campo do Semiárido da Bahia. Foram realizadas ações e o desenvolvimento de trabalho formativo que potencializasse a mudança de vida nas comunidades escolares e seu entorno através de processos contínuos e sistemáticos de formação com professores/professoras das escolas do campo, coordenações municipais, gestores escolares e municipais, assim como representantes da sociedade civil organizada, parceiros sociais nos municípios de atuação, com apoio, parcerias e financiadores externos e também uma parceria de mais de 20 anos com a Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS), na atuação no campo da formação de educadores e educadoras.

Os municípios em que as ações de Educação do Campo Contextualizada aconteceram ao longo do ano de 2018, foram 21 no total, que contam com projetos de apoio externo, são, respectivamente, em sua maioria de dois territórios de identidade (Sisal e Bacia do Jacuípe), a saber: Araci, Baixa Grande, Barrocas, Cansanção, Conceição do Coité, Feira de Santana, Ichu, Itiúba, Lamarão, Mairi, Monte Santo, Nordestina, Nova Fátima, Pintadas, Queimadas, Quijingue, Retirolândia, Riachão do Jacuípe, Santa Luz, Serrinha e Valente.

Dessa forma, as ações do PECONTE no seu Planejamento Estratégico, foram ramificadas em cinco eixos que são desmembrados em 05 objetivos específicos, são eles:

1. Formação, Mobilização e Articulação com as gestões municipais (secretárias/es e diretoras/es de escolas):

Objetivo Específico:

- Contribuir na formação e mobilização de Gestores/as Municipais para apropriação dos passos metodológicos para aprovação, implementação e regulamentação da lei municipal e políticas públicas de educação do campo, disponibilizando no orçamento e com currículos contextualizados na perspectiva da convivência com o Semiárido;

2. Formação e mobilização continuada com Coordenações Municipais, Professoras/es e Sociedade Civil:

Objetivo Específico:

- Contribuir e ampliar a formação e mobilização com Coordenadores/as, Professores/as e sociedade civil para planejamento, monitoramento e avaliação das ações de Educação do Campo na perspectiva da convivência com o Semiárido, não sexista e não discriminatória e participação em espaços de controle social e incidência política de educação e direitos das crianças e adolescentes;

3. Direitos de Criança e Adolescente à Educação Contextualizada para convivência com o Semiárido (esportes, cultura, lazer, alimentação, Educomunicação e convivência familiar e comunitária):

4.

Objetivo Específico:

- Contribuir na melhoria da aprendizagem e direitos de Crianças e adolescentes, através de processos de Educação Contextualizada para Convivência com o Semiárido, construindo conhecimentos e expressando suas potencialidades;

5. Estudos, Pesquisas, Sistematização e Produção de Materiais pedagógicos Contextualizados para Convivência com o Semiárido:

Objetivo Específico:

- Pesquisar e Produzir materiais pedagógicos com gestores/as, Professoras, Crianças e Adolescentes numa dimensão de convivência com o Semiárido, não sexista e não discriminatória em interface com outros programas;

6. Incidência Política nos espaços estratégicos de proposição, elaboração e controle social das políticas públicas de Educação do Campo Contextualizada para Convivência com o Semiárido e de Criança e Adolescente:

Objetivo Específico:

- Participar e incidir politicamente em espaços estratégicos de proposição, construção e controle social de políticas públicas de Educação Contextualizada e de Criança e Adolescente.

A seguir, serão elencadas as principais atividades realizadas e alguns resultados e impactos durante o ano de 2018.

6. PRINCIPAIS ATIVIDADES REALIZADAS CONFORME OS EIXOS E OBJETIVOS ESPECÍFICOS

Todas as ações do PECONTE são desenvolvidas numa metodologia participativa, que tem como base a ação-reflexão-ação, materializada na Proposta Política Pedagógica – CAT – Conhecer, Analisar e transformar a realidade do campo e contribuir para o desenvolvimento sustentável. Dessa forma, as atividades realizadas durante o ano de 2018 seguem descritas relacionadas aos seus objetivos específicos estratégicos juntamente com os principais resultados.

1. Formação, Mobilização e Articulação com as gestões municipais (secretárias/os e diretoras/es de escolas do campo)

Objetivo Específico:

- Contribuir na formação e mobilização de Gestores/as Municipais para apropriação dos passos metodológicos para aprovação, implementação e regulamentação da lei municipal e políticas públicas de Educação do Campo, disponibilizando no orçamento e com currículos contextualizados na perspectiva da convivência com o Semiárido;



Seminário: A Educação do Campo no Semiárido Baiano e a BNCC¹: desafios e perspectivas

Para concretizar este objetivo, durante o ano de 2018 foram realizadas visitas e diálogos com gestores nos municípios de atuação, mais precisamente para dialogar com os gestores municipais e escolares sobre a educação contextualizada e os projetos e ações do MOC nos municípios no sentido de fortalecimento das parcerias. Também foram realizadas oficinas formativas sobre Orçamento Público e Captação de Recursos, elaboração de projetos, currículo contextualizado, Plano Plurianual, Lei Orçamentária Anual (LOA) e Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e Projetos Políticos Pedagógicos (PPP's) tudo no sentido de fortalecer as equipes técnicas das secretarias municipais de educação, coordenações municipais e gestores escolares. Conforme Planejamento Operacional Anual (POA), neste eixo foram realizadas as seguintes atividades:

- Realização de 11 Oficinas com Gestores Municipais Secretários, coordenadores e Diretores de Escolas do campo): 361 atendimentos;
- Realização de 01 reunião e 01 Seminário com Gestores Municipais (Secretários, coordenadores e Diretores de Escolas do campo): 89 atendimentos;
- Realização de 06 Reuniões, 08 Oficinas de formações Municipais com Sociedade Civil: 225 atendimentos;
- Realização de 01 Encontro e 04 Seminários Regionais com a Sociedade Civil: 116 atendimentos.

Em números exatos, durante o ano de 2018 aconteceram 32 atividades, entre reuniões, encontros, seminários, oficinas de capacitações e diálogos com gestões municipais dos municípios de atuação e sociedade civil. Todos estes números são resultados de um contínuo diálogo com os municípios no sentido de fortalecimento das políticas públicas municipais de educação do campo contextualizada, numa perspectiva do desenvolvimento rural sustentável, solitário e da convivência com o semiárido, tendo grande contribuição no campo dos direitos das crianças e adolescentes a uma educação significativa e de qualidade.

¹ Base Nacional Comum Curricular (BNCC)

Resultados alcançados neste objetivo: No acúmulo dos anos anteriores, em 2018 fechamos com 14 municípios com leis municipais de Educação do Campo Contextualizada, destes, 05 municípios (35%), com leis regulamentadas e implementadas; 06 Municípios com orçamentos específicos para Educação do Campo (Barrocas, Coité, Itiúba, Riachão, Monte Santo e Nordestina)

Total de atendimento neste objetivo:

- 791 Pessoas

2. Formação e mobilização continuada com Coordenações Municipais, Professoras/es e Sociedade Civil

Objetivo Específico:

- Contribuir e ampliar a formação e mobilização com Coordenadores/as, Professores/as e sociedade civil para planejamento, monitoramento e avaliação das ações de Educação do Campo na perspectiva da convivência com o Semiárido, não sexista e não discriminatória e participação em espaços de controle social e incidência política de educação e direitos das crianças e adolescentes;



Coordenadores/as e Professores/as em intercâmbios formativos

Durante o ano de 2018 aconteceram diversas atividades formativas com educadores e educadoras das escolas municipais do campo e também com as coordenações municipais. Muitas formações acontecem nos municípios e também em locais estratégicos para intercâmbios regionais e intermunicipais.

Dentre os principais temas formativos, destacam-se estudo da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e sua relação com a Educação Contextualizada; Direitos Humanos, Cidadania e Intolerância Religiosa, Currículo Contextualizado para Convivência com o Semiárido; Jogos Pedagógicos com Educação Aberta, Alimentação Saudável; Oficinas de Arte Educação, com teatro e

expressões artísticas e culturais; oficinas de musicalidade; oficinas de literatura infanto juvenil; identidade; cidadania; meio ambiente, avaliação, monitoramento e planejamento das ações de educação do campo que os municípios de atuação desenvolveram entre outros temas emergentes, buscando sempre um processo de criatividade e inovação, sempre na perspectiva de valorização do Semiárido, todas as oficinas foram realizadas na dimensão do Projeto CAT – Conhecer, Analisar e Transformar a realidade do campo, dialogando sobre princípios, concepção e metodologia de Educação do Campo. Em números, durante o ano de 2018 foram:

- Realização de 10 Encontros com Coordenações Municipais da Educação do Campo (CAT/Baú) com participação da sociedade civil – 327 atendimentos (média 33 em cada formação);
- Realização de 02 Oficinas de Formação com Coordenações Municipais da Educação do campo (CAT/Baú) – 50 atendimentos;
- Realização de 24 Oficinas de Formações com Professores das escolas do campo – 702 atendimentos (média 30 cada oficina);
- Realização de 08 Oficinas de Formação com Professores do Projeto “Cisternas nas Escolas”– 199 atendimentos (Anguera, Biritinga, Coração de Maria e Santanópolis) - média de 25 participantes em cada oficina.
- Realização de 14 Encontros Intermunicipais de Avaliação da prática com professores/as das escolas do Campo – 397 atendimentos;
- Realização de 03 Encontros Territoriais do projeto Cisternas nas Escolas – 92 atendimentos;
- Realização de 08 Dias de Estudos com Professores/as - 213 atendimentos;
- Realização de 07 Intercâmbios e troca de Saberes com professores/as das escolas do campo - 290 atendimentos.
- Realização de 03 Formações em Gerenciamento de Recursos Hídricos Escolar (GRHE) com merendeiras, zeladores/as, lideranças das comunidades e agentes comunitários de saúde – Cisternas nas Escolas - 68 atendimentos;

Totalizando de ações neste objetivo: 79 formações, sendo 12 com Coordenações municipais CAT/Baú e 64 com Professores/Professoras das escolas do campo e 03 com merendeiras (GRHE).

<p>Total público atendido neste objetivo: - 2.338 Atendimentos/ações</p>
--

3. Direitos de Criança e Adolescente à Educação Contextualizada para convivência com o Semiárido (esportes, cultura, lazer, alimentação, Educomunicação e convivência familiar e comunitária)

Objetivo Específico:

- Contribuir na melhoria da aprendizagem e direitos de Crianças e adolescentes, através de processos de Educação Contextualizada para Convivência com o Semiárido, construindo conhecimentos e expressando suas potencialidades.

Para alcançar este objetivo, a ação do Programa se constituiu de atividades diretas, indiretas e pontuais com crianças e adolescentes das escolas do campo dos municípios de atuação. Em 2018, contribuimos para realização de “Conferências Livres” de crianças e adolescentes nas escolas, bem como 12 Conferências Municipais de Direitos da Criança e Adolescente, num momento delicado na situação política do país, com retrocessos nos direitos, tentativas de fechamentos de conselhos e de espaços de participação e democracia direta. Através do Programa de Educação do Campo Contextualizada (PECONTE), o MOC participou da coordenação colegiada do Fórum Estadual de Direitos da Criança e Adolescente da Bahia (Fórum DCA), da Caravana Nacional de Criança e Adolescente, realizada no mês de março, durante o Fórum Social Mundial em Salvador, buscando contribuir para o protagonismo de crianças e adolescente.

Um destaque neste ano foi o MOC passar a integrar a presidência do CECA, o que aumentou consideravelmente a incidência política direta no direito das crianças e adolescentes no estado da Bahia.



Posse do CECA – Vera Carneiro do PECONTE - presidente Adolescente



Conferência de Criança e Adolescente

Além disso, foram realizados 02 intercâmbios intermunicipais de troca de saberes entre crianças e adolescentes do Semiárido, com a participação de um total de 241 crianças nas duas edições, em que foram realizadas atividades de avaliação das aprendizagens, musicalidade, atividades pedagógicas e integrativas, assim como abordagem no campo dos direitos humanos, especialmente das crianças e adolescentes, tudo pautado pelo Estatuto da Criança e Adolescente (ECA), bem como reforçando as práticas da educação contextualizada para a convivência com o semiárido. Em cada intercâmbio, participam crianças CAT e crianças não-CAT de municípios que não desenvolvem a proposta. Aplica-se um instrumento de avaliação das múltiplas aprendizagens contendo elementos das áreas específicas, de forma contextualizada, com elementos do semiárido. O mesmo instrumento de avaliação foi aplicado em escolas do semiárido.

Neste sentido, foram implementadas em 07 municípios **21 hortas** escolares com o apoio do Programa e outras 20 através da multiplicação das oficinas de hortas escolares, dialogando sobre a qualidade alimentação escolar nas escolas do campo.

Outra dimensão de contribuir com o direito de crianças e adolescentes, foi de acesso à literatura infantil contextualizada, com apoio de parceiros, o PECONTE conseguiu mais 11 Baús de Leituras, que foram adquiridos e doados nas escolas do campo, bem como provocar os gestores a ampliarem também. Cada Baú de Leitura, contendo cerca de 40 livros, totalizando cerca de **440 livros** novos que circulam nas escolas e comunidades, de forma itinerante, contribuindo assim para a construção de novos conhecimentos contextualizados com as realidades, representatividade étnica e racial, de gênero, de identidade, cidadania e construindo valores como ética, cooperação, solidariedade, tolerância e respeito, bem como melhorando a leitura e letramento. Em números, durante o ano de 2018 foram:

- Realização de 06 Oficinas Lúdicas com Crianças e Adolescentes das escolas do campo – 278 atendimentos;
- Realização de 02 Intercâmbios com Crianças e Adolescentes para trocas de Saberes em Educação do Campo, Educomunicação e Convivência com o Semiárido – 241 atendimentos;
- Realização de 01 visita de Financiadores nas escolas do campo – 27 atendimentos.

Resultados alcançados neste objetivo:

- Crianças que participam do CAT e Baú de Leitura, tem o nível de desenvolvimento melhor que crianças não-CAT. Crianças CAT/Baú: 83% de conhecimentos crianças não-CAT 54% - estes dados foram coletados nas aplicações dos instrumentos de avaliação;

- IDEB² nos municípios que tem CAT/Baú de Leitura mais elevados que municípios não-CAT da região. Vale ressaltar que a maioria das escolas do Ensino Fundamental I estão no campo onde o CAT é desenvolvido, e, portando a elevação do IDEB também é resultado do desenvolvimento de uma educação contextualizada.

Total de Público atendido e envolvimento indireto de crianças e adolescentes tendo acesso à Educação Contextualizada:

- 20.954 crianças E adolescentes

² Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB), instrumento de avaliação aplicado pelo Ministério da Educação a cada dois anos.

4. Estudos, Pesquisas, Sistematização e Produção de Materiais pedagógicos Contextualizados para Convivência com o Semiárido.

Objetivo Específico:

- Pesquisar e Produzir materiais pedagógicos com gestores/as, Professoras, Crianças e Adolescentes numa dimensão de convivência com o Semiárido, não sexista e não discriminatória em interface com outros programas.

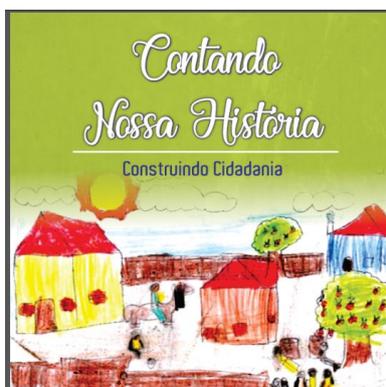
Em 2018, além das atividades, formações e incidência política, a equipe também se debruçou na produção de materiais didáticos e elaboração de produções contextualizadas. Para isso, inicialmente realizou estudos e pesquisas na preparação e em seguida iniciou os processos de elaboração. Houve também momentos de coleta de produtos em comunidades específicas e com públicos específicos, no sentido de obter construções coletivas e insumos para compor estes materiais.

Sendo assim, foram elaborados, diagramados e publicados 03 materiais que consistem em cartilhas e livrinho de história. A primeira cartilha foi para gestores públicos e técnicos das secretarias municipais de educação, com o título “**Contribuições para Construção e Planejamento de Orçamentos Municipais para Educação do Campo Contextualizada**”. Esta cartilha serviu de instrumento pedagógico nas diversas oficinas realizadas com gestores para organização do ciclo orçamentário. Como **resultado**, a publicação foi amplamente divulgada e distribuída em diversos municípios e muito contribuiu para construção do Plano Plurianual e para organização dos orçamentos da Educação do Campo, bem como para gestão municipal e também a sociedade civil elaborar projetos buscando a captação de recursos e ampliação dos recursos da educação.

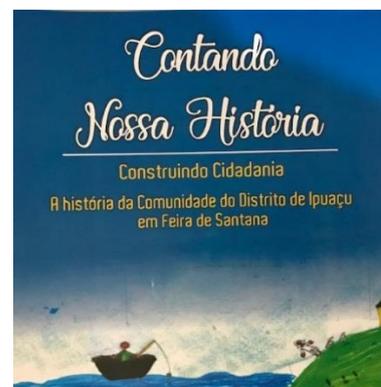
Também neste ano foram produzidos mais dois materiais com participação de crianças e adolescentes, a partir da metodologia de Educação Contextualizada, com a pesquisa sobre a história da comunidade. Com orientação das professoras, as crianças pesquisaram com pessoas mais idosas e experientes nas comunidades e escreveram a história e produziram desenhos para ilustrações. A pesquisa da comunidade. Uma coleção “**Contando Nossa História – Construindo Cidadania**” – com as histórias de duas comunidades remanescentes de Quilombos em Feira de Santana – cidade sede do MOC: Comunidade de Humildes e Comunidade de Ipuçu.



Cartilha sobre Orçamento Público



Sobre História Comunidade Humildes



Sobre História Comunidade Ipuacu

Há, ainda, um quarto material que foi iniciado em 2018, mas sua publicação ficou para 2019, que é o Caderno nº 2 do Livro Construindo Saberes para Educação Contextualizada, em que traz temas de relações sociais de gênero, alimentação saudável, direitos humanos, esportes cooperativos e texto e de apoio à metodologia e Educação Contextualizada para Convivência com o Semiárido. Todas as publicações foram elaboradas respeitando os direitos humanos, a linguagem não sexista e não discriminatória.

Como resultado deste objetivo, percebemos a elevação da autoestima das crianças e suas famílias, no momento de distribuição dos livrinhos de histórias. Como impacto, os livros foram inseridos no Baú de Leitura e estão incentivando outros municípios adotarem a proposta de pesquisar com crianças a história da comunidade.

5. Incidência Política nos espaços estratégicos de proposição, elaboração e controle social das políticas públicas de Educação do Campo Contextualizada para Convivência com o Semiárido e de Criança e Adolescente.

Objetivo Específico:

- Participar e incidir politicamente em espaços estratégicos de proposição, construção e controle social de políticas públicas de Educação Contextualizada e de Criança e Adolescente.

Em 2018 o MOC foi convidado a estar na cidade de Cusco, no Peru, em que foram apresentadas as experiências de educação contextualizada e as sistematizações de materiais do Programa de Educação com países da América Latina, a saber, Peru, Colômbia e Bolívia, na oportunidade do Encontro sobre Participação e Protagonismo de crianças e adolescentes, mediado pelo filósofo, pedagogo e teórico Alejandro Cussianovich. A participação do MOC na troca de experiência, divulgação da experiência dos municípios brasileiros e se capacitar numa atividade sobre participação e protagonismo.

Também o MOC participou de conferências, seminários, fóruns e redes de forma propositiva, eis alguns espaços de incidência:

- **CECA** – Conselho Estadual de Direitos da Criança e Adolescente – o MOC participa como conselheiro, com ações propositivas no sentido de contribuir na construção da política estadual de defesa e proteção dos direitos de criança e adolescente. Em 2018 o MOC, graças a sua participação ativa e incisiva na defesa dos direitos das crianças e adolescentes assumiu a presidência do Conselho, representando as entidades da Sociedade Civil Organizada.
- **FEEBA** – Fórum Estadual de Educação da Bahia – um espaço de articulação sociedade civil e poder público para avaliar, monitorar e planejar a política estadual de educação juntamente com a secretaria estadual de educação da Bahia. Em 2018, o Fórum esteve engajado em acompanhar as Conferências Municipais e Conferência Estadual de Educação, na qual o MOC ajudou alguns municípios de atuação na organização das Conferências Municipais, sobretudo pautando a educação contextualizada e os direitos das crianças e adolescentes.
- **FEEC** – Fórum Estadual de Educação do Campo – outro espaço de articulação da sociedade civil, específico da Educação do Campo e com participação de algumas universidades. O FEEC tem um papel importante na construção de propostas de Educação do Campo tanto em âmbito estadual, quanto nacional. No ano de 2018 as ações do Fórum foram no combate ao fechamento das escolas do campo, participação no Fórum Social Mundial, bem como realização e seminário e oficina no evento, em que foram produzidos produtos como a carta contra o fechamento das escolas do campo e sistematização das experiências, bem como contribuiu na organização do 2º Encontro Baiano de Educação do Campo. Durante a atividade, o MOC apresentou a experiência da formação e professores e professoras do Programa Cisternas nas Escolas.
- **RESAB** – Rede de Educação do Semiárido Brasileiro – o MOC faz parte da Coordenação Executiva da RESAB, que busca contribuir na construção de políticas públicas para a Educação do Contextualizada no Brasil. Em 2018 o MOC participou das reuniões da Executiva, como também atuou nas atividades e sediou em Feira de Santana uma reunião executiva na qual foram deliberados pontos organizacionais e pautas nacionais e regionais da Rede.
- **Rede de Educação do Campo do Sisal**- Em 2018, a Rede iniciou sua implementação através da organização do Centro Acadêmico de Educação do Campo e Desenvolvimento Territorial (CAEC- DT) no território do Sisal, o qual já iniciou as primeiras atividades de 2018 e contou com o MOC para pensar as ações e participar dos debates sobre educação do campo, etnicidades, agroecologia e direitos e acesso à terra e território.

Durante o ano de 2018, o MOC pelo Programa de Educação do Campo Contextualizada foi representado em 32 atividades no âmbito da incidência política, nas quais foram demandadas e pautadas as necessidades dos povos do campo do semiárido baiano.

7. ALGUMAS CONCLUSÕES POSSÍVEIS

Como já descrito, o ano de 2018 foi de muitas ações e desafios. A situação política e econômica no país é preocupante para instituições e movimentos de luta por direitos humanos e melhor qualidade de vida das pessoas. Em âmbito nacional os recursos para o campo foram muito reduzidos. Há possibilidades de retrocesso no campo educacional para uma dimensão de educação apenas cognitiva, de transmissão de conteúdo, sem reflexão, sem ensinar a pensar e produzir novos conhecimentos. Assim a equipe ficou mais reduzida, ainda assim conseguiu realizar resultados significativos e alcançar os objetivos traçados para cada uma de suas linhas de ação.

A luta para garantir o **Direito à Educação Contextualizada** é constante e ininterrupta. As formações precisam cada vez mais serem dinâmicas, inovadoras e avançando sempre, atentas às novas demandas, novas pautas, novas situações emergentes. Outro desafio tem sido as Formações do Baú de Leitura que exigem cada vez mais estudos, aprofundamentos sobre etnia, relações de gênero, religiosidades, multiculturalismo na dimensão da convivência no Semiárido, e com uma equipe muito reduzida, fica mais difícil se inovar, estudar, buscar novas estratégias para tornar o Baú mais dinâmico nas comunidades.

Apesar das dificuldades e entraves encontrados, o Programa avaliou que conseguiu avançar significativamente no que havia proposto e planejado, sobretudo pela conquista de muitos municípios terem hoje a Educação Contextualizada enquanto política pública municipal, garantida por Lei e alguns com orçamentos. Vale ressaltar também, que a melhoria da aprendizagem das crianças do CAT quando comparadas às escolas públicas da região que não desenvolvem a contextualização, nos anima em saber que estamos trilhando um caminho certo, embora precisemos melhorar alguns passos na caminhada. Outros desafios se apresentarão e são eles a conquista do orçamento específico para a educação do campo, o não fechamento de escolas do campo, a garantia da formação continuada dos/as educadores/as e material didático cada vez mais contextualizado, assim como o desafio de implementação da BNCC nos municípios que contemple a Educação Contextualizada para Convivência com o Semiárido e o Desenvolvimento Sustentável.

Resumo de alguns dados quantitativos do Programa 2018:

Material	Quantidade
Baús de Leitura doados 2018	11
Hortas escolares construídas	21
Distribuição de livros e materiais pedagógicos	2.500
Materiais didáticos publicados	03

8. QUANTIFICAÇÃO DE ALGUMAS ATIVIDADES REALIZADAS EM 2018:

ATIVIDADES	QUANTIDADE REALIZADA	PÚBLICO ENVOLVIDO/BENEFICIÁRIO		
		CARACTERIZAÇÃO	PARTICIPANTE (POR ATIVIDADE) MÉDIA	TOTAL DE ATENDIMENTO
Oficinas Municipais com Diretores de Escolas e Coordenadores Escolares sobre a metodologia de educação do campo e projetos políticos pedagógicos / Oficina Municipais em Gestão Sobre Planejamento e Orçamento Municipal e Avaliação de Políticas Públicas / Reunião com a Gestão do Município Para Implantação do CAT	13	Gestores: Secretários/diretores de escolas, coordenadores e educadores/as	34	450
Encontros com Coordenações Municipais da Educação do Campo para Planejamento, Monitoramento e Avaliação das ações (Metodologias do Projetos CAT e Baú de Leitura) / Oficinas de Formação das Coordenações Municipais da Educação do Campo (Equipes Pedagógicas) – CAT e Baú de Leitura	12	Coordenadores: Coordenadores Municipais do projeto CAT e Baú de Leitura	31	377
Oficinas, Estudos, Encontros e Intercâmbios Municipais e Intermunicipais de Formação, Planejamento, Avaliação, Monitoramento, Sensibilização, Aprofundamento da metodologia do Projeto CAT e Baú de Leitura com os municípios dos projetos.	64	Professores: Professores/as das escolas do campo que desenvolvem a metodologia CAT e/ou Baú de Leitura	30	1.925
Reuniões, Seminários, Oficinas e Encontros com representantes da Sociedade Civil Organizada para controle das Políticas Públicas com recorte na Educação do Campo Contextualizada e Criação dos Fóruns da Educação do Campo nos municípios.	19	Sociedade Civil: (STR, Conselhos de Educação, Conselho de alimentação saudável, Associações, Cooperativas, entre outros).	17	341
Oficinas Lúdicas e Intercâmbios com Crianças e Adolescentes para trocas de Saberes em Educação do Campo, Educomunicação e	09	Crianças e Adolescentes: Crianças e Adolescentes que	60	546

Convivência com o Semiárido / Visita de Financiadores nas escolas do campo.		vivenciam a Educação do Campo Contextualizada e o Baú de Leitura.		
Participações em Reuniões, Caravanas, Seminários, Oficinas, Congressos, Encontros e Conferências, espaços estratégicos de debate, proposição, monitoramento, avaliação e controle social de políticas públicas, com vista à garantia de uma educação para convivência com o semiárido Brasileiro.	32 participações	Incidência Política: Participação de forma propositiva em espaços de Incidência Política.		
Formações em Gerenciamento de Recursos Hídricos Escolar (GRHE) – Cisternas nas Escolas	03	Serviços Gerais: Formação de Cisternas com merendeiras, zeladores/as, lideranças das comunidades e agentes comunitários de saúde.	23	68
Reuniões de Equipe (MOC)– Para Planejar, monitorar, avaliar as atividades e os projetos desenvolvidos.	09	Equipe: Reuniões de interfaces com os programas do MOC, com financiadores, com UEFS.		

Resumo quantitativo do público envolvido:

Público Direto	Média de Atendimento Público
Formação continuada com Coordenadores (para avaliação, planejamento pedagógico e estudos temáticos)	44 coordenações pedagógicas municipais integradas (CAT e Baú de Leitura)
Formação continuada com Professores (oficinas temáticas, construção de fichas pedagógicas – oficinas de incentivo à leitura)	1.582 professores/as
Ações com Crianças e Adolescentes (desenvolvidas por professoras/es que fizemos formações)	18.839 crianças e adolescentes
Formações com Gestores Públicos e Escolares	20 secretários/as de

	educação 45 gestores escolares
Sociedade Civil Organizada	27 representações
Famílias nas Comunidades (Devoluções CAT)	4.994 famílias
Formação com Técnicos da Secretaria Municipal (orçamento)	45 técnicos
Conselheiros/as da Educação e Alimentação Escolar	21 Conselheiros
Educadores Sociais	51 educadores/as sociais
Total de público:	25.668,00

PROGRAMA DE COMUNICAÇÃO (PCOM)

1. INTRODUÇÃO

O Programa de Comunicação foi movido em 2018, pelo seu propósito estratégico que de modo geral busca que o MOC seja reconhecido nas esferas municipal, regional, estadual e nacional como referência nas suas temáticas de atuação, a partir das experiências de convivência com o Semiárido e valorização dos sujeitos locais e ampliação do acesso do direto à comunicação. Por ser um período de intensas lutas em defesa dos direitos humanos, o Programa de Comunicação corroborou com esse processo de resistir e insistir nas melhorias por Um Sertão Justo, disseminando as experiências do Semiárido, a partir das vozes, olhares e vivências dos sujeitos protagonistas de suas histórias, envolvidos nas ações do MOC.

Sua atuação se baseia em três linhas estratégicas: 1. Comunicação Institucional que visa desenvolver processos padronizados de comunicação institucional que visibilizem as experiências do MOC e seus parceiros, a partir da voz dos sujeitos locais e fortalecimento da imagem de um Semiárido viável; 2. Democratização da Comunicação que busca fortalecer a participação do MOC e dos sujeitos locais em espaços de incidência política que pautem a democratização da comunicação e o desenvolvimento comunitário; e, 3. Educomunicação desenvolvida com crianças, adolescentes, jovens e educadores do campo estimulando o protagonismo e a produção de conhecimento através da concepção, produção e disseminação de informações nas comunidades rurais.

2. DESENVOLVIMENTO

a) Comunicação Institucional

No que diz respeito à Comunicação Institucional, o programa focou em dois eixos estratégicos. O primeiro, se dedicou ao **desenvolvimento de processos comunicativos que visibilizem as experiências do MOC e seus parceiros**, a partir da voz dos sujeitos locais, e sobretudo, que fortaleça a imagem de um Semiárido viável. Nesse ponto foram desenvolvidas produções e peças de comunicação nos moldes impressos, radiofônicos, digitais, audiovisuais entre outros, veiculados nas mídias sociais da própria instituição e em outros veículos de comunicação.

Essa produção pode ser mensurada e evidenciada através de clippagens tipo A (o MOC citado), tipo B (parceiros citados) e tipo C (temáticas de atuação do MOC citadas), como pelo alcance das páginas da instituição, vale destacar que em 2018 reativou a rede social do Instagram que partiu de uma média de 300 seguidores/as para 1.374, com 588 publicações no ano.

Nesse sentido, outros dados mais gerais de produções e veiculações das pautas são contabilizados, em: Clippagem A: 50; Clippagem B: 10; Clippagem C: 60; Boletins Eletrônicos: 40; Bocapiu (Boletim Impresso institucional): 02; Releases 08; Produção em Áudio: 91; Vídeos temáticos: 14; Diagramações: 172; Notas veiculadas no Facebook do MOC: 588; Notícias no Site: 170; Espaços de incidência política: 10; Campanha: 01.

Vale ressaltar, que essa comunicação explanada em diferentes peças de comunicação, é resultado e efeito das contribuições que as ações do MOC causam na vida dos sujeitos que a instituição atende nas diferentes áreas programáticas, com intuito de fortalecer a agricultura familiar, agroecologia, economia solidária, a igualdade de gênero, educação do campo contextualizada e demais esferas que colabore com a garantia de direitos humanos com justiça às populações comumente excluídas e com difícil acesso às políticas públicas.

O segundo objetivo, busca qualificar a comunicação interna, fortalecer as relações entre os programas e visibilizar as ações do MOC. Nesse ponto, foi retomada a ação coletiva do GTCOM (Grupo de Trabalho de Comunicação) com todos os programas, desdobradas em momentos específicos com cada área programática, ambas com intuito de refletir sobre as proposições de pautas e demandas decorrentes da produção de peças e disseminação das atividades, para realização de um planejamento mais sistemático.

(1) *Democratização da Comunicação*

Esse eixo tem como objetivo específico a assessoria às entidades regionais para fortalecer e potencializar os instrumentos de comunicação institucional, contribuindo para a visibilidade de suas ações e para Democratização da Comunicação, além de fortalecer a participação do MOC e dos sujeitos locais em espaços de incidência política que pautem a democratização da comunicação e o desenvolvimento comunitário a partir dos vínculos solidários.

No que diz respeito os vínculos solidários foi realizado com êxito a produções de peças de comunicação nos municípios de atuação dos territórios do Sisal e da Bacia do Jacuípe, além das mensagens temáticas das crianças / adolescentes comunicando a apoiadores das ações desenvolvidas, as mudanças que ocorrem em suas vidas, nas escolas e nas comunidades.

PRODUÇÕES	2018
Clippagem A	50
Clippagem B	10
Clippagem C	60

Boletins Eletrônicos	40
Notícias no Site	216
Notas veiculadas no Facebook do MOC	558
Notícias no site	170
Seguidores no Instagram	1.374
Releases e Sugestões de pautas	08
Bocapiu	02
Vídeos	14
Produção em áudio	91
Diagramações	172
Espaços de incidências política	10
Campanhas	01

b) Educomunicação

No que concerne a Educomunicação, o referido eixo visa desenvolver processos comunicativos com crianças, adolescentes, jovens e educadores do campo estimulando o protagonismo infanto-juvenil e a produção de conhecimento por meio da concepção, produção e disseminação de informações nas comunidades rurais. Em 2018, as ações tiveram ênfase a partir do Sistema de Vínculos Solidários (SVS), com o qual o programa colaborou com oportunidades para as Crianças e Adolescentes serem protagonistas de suas histórias e de histórias de mudanças nas suas comunidades.

A instalação e implementação de Rádios Postes nas comunidades de Lagoa Grande e Lajinha em Retirolândia-BA vem contribuindo para esse processo de protagonismo e comunicação sobre mudanças significativas que acontecem na vida das crianças e adolescentes, sendo perceptível o quanto estão mais desenvolvidas na oralidade, na capacidade de se expressarem e na elaboração de pautas e realização de programas de rádio. Ao se tornarem comunicadores comunitários, as crianças / adolescentes apresentam melhoria na escrita e na leitura, isso foi visível na elaboração das mensagens para os cooperantes/doadores, e participação nas oficinas lúdicas e ainda nos debates sobre defesa e proteção dos seus direitos.

3. AS ATIVIDADES DESENVOLVIDAS

Em 2018, algumas atividades merecem destaque pela relevância que tiveram no alcance dos objetivos, a saber, a Feira de Troca de Saberes sobre as mudanças que os projetos vem promovendo nas comunidades e na vida das crianças e adolescentes; as oficinas de auto estima que fortaleceu

suas identidades e relação de pertencimento e bem querer com as comunidades; as oficinas sobre afetividade com as famílias promoveu mais diálogos entre pais e filhos; oficinas sobre proteção infantil que ampliou as capacidades de direitos e de deveres sobre mecanismos de proteção e formas de violações.

Merecem destaques, os Dias de Culturas realizados nas comunidades, que contribuíram para valorização das manifestações e saberes locais; a oficina intermunicipal com adolescentes (meninas) sobre questões de gênero e etnia com crianças e adolescentes, foi outro espaço de aprendizados importantes, acerca das peculiaridades de ser mulher, sobre as marcas culturais e desigualdades que afetam a vida de diferentes geração de mulheres e a tarefa coletiva na construção de uma nova sociedade com direitos e oportunidades iguais para meninos e meninas, homens e mulheres.

Por fim e não menos importante, vale destacar a produção das crianças e adolescentes na sistematização sobre o desenvolvimento das comunidades de Jitaí (Retirolândia) Mucambinho, Rose e Miranda (Santaluz) e suas trajetórias de luta pelos direitos das crianças e adolescentes nas comunidades, demonstrando a capacidade de leitura e conhecimento sobre a realidade, e a coletivização de esforços para transformar os problemas em soluções.

Um dos destaques desse processo de desenvolvimento comunitário a partir da mobilização social em torno dos problemas que afetam a realidade local, foi o reconhecimento da Comunidade Alto do Jitaí (Retirolândia) como Comunidade Remanescente de Quilombola. Resistência local que perdurou quase 10 anos e em dezembro de 2018, com o apoio do MOC e outros parceiros, é oficialmente certificada pela Fundação Cultural Palmares. Certos de que o reconhecimento é um passo importante, mas não basta, a comunidade continua em luta para buscar melhorias.

As crianças e adolescentes já entendem que para se conquistar direitos depende de um processo de mobilização social contínuo, pessoas das comunidades mobilizadas, sociedade civil cobrando e fiscalizando se os direitos estão sendo ou não garantidos, conselhos de direitos atuando, ou seja, detentores de direitos atentos às violações e detentores de deveres assumindo suas responsabilidades. As atividades realizadas e os respectivos públicos atendidos se encontram na planilha anexa relacionada às atividades da área programática de comunicação.

Destaques importantes	2018
Instalação de Rádio poste em Retirolândia e Santaluz promove o protagonismo de crianças e adolescentes na elaboração de pautas e disseminação de informações da comunidade;	240

Crianças e adolescentes participam de espaços de incidência e reivindicam seus direitos;	280
Crianças, adolescentes e famílias participam de formações continuadas e contribuem no desenvolvimento das comunidades.	6.625 participante s

4. CONCLUSÃO

A comunicação do MOC, baseada nos objetivos institucionais viveu em 2018 um ano ativo nas suas diferentes funções, embora não tenha chegado ao alcance do ano anterior que expressou um número elevado de reconhecimento nas diferentes esferas e nas suas atividades de produções e disseminações das ações, em decorrência dos 50 Anos da instituição, conseguiu uma abrangência significativa, principalmente no que diz respeito ao mundo digital, fortemente acessado como meio de comunicação e informação.

Um dos desafios para a comunicação do MOC, reside na relação de contraponto com a grande mídia e seu desinteresse para pautar fatos e ações da instituição que caminha na perspectiva da Convivência com o Semiárido, da garantia de direitos humanos, da construção da justiça social, da defesa da democracia e do protagonismo dos sujeitos de direitos em seus lugares. Esse desinteresse não é por acaso, mas tem a ver com as causas defendidas, pois a comunicação do MOC, coerente com a missão institucional está a serviço de um mundo de justiça e equidade, possível somente com a defesa e garantia dos direitos humanos, que muitas vezes contraria os interesses dos que financiam a mercantilização da comunicação na grande mídia.

Não obstante os desafios, o MOC se fez comunicar e promoveu comunicação dos sujeitos através de tecnologias sociais como as Rádios Postes nas comunidades, nos boletins impressos e a partir de meios digitais. Tudo isso, desafiado por um contexto de volatilidade onde tudo muda muito rápido; de incertezas sobre a previsibilidade do futuro; de complexidade nas conexões das informações e interações indiretas; e ainda de ambiguidade sobre os fatos e fomentar processos comunicativos baseados em posicionamentos firmes em defesa da vida e da dignidade humana.

No que tange a comunicação institucional e a visibilizarão das suas ações e parcerias, os números supramencionados constataam que o MOC utilizou de diferentes redes sociais para comunicar os feitos e os efeitos da sua caminhada em 2018. Sobre a democratização da comunicação, muito embora tenha sido elaborada peças de comunicação que faz chegar até as pessoas formação e informação, o MOC viveu efeitos de um contexto de esvaziamento dos espaços de debates e incidência política das organizações e dos sujeitos sobre os direitos e a participação social. Uma perspectiva positiva de que esse espaço possa ser reativado em 2019 está relacionada à constituição de uma Rede

Educomunicativa na dinâmica dos territórios de identidades da Bahia para a produção e divulgação de conteúdo local, mas também para fomentar o processo de defesa da comunicação como um direito humano.

O MOC acredita, e faz valer o processo de mobilização social para ampliação das capacidades de incidência política e de acesso aos direitos. Para o MOC a comunicação é mecanismo essencial para a formação de pessoas conscientes, participes ativas da dinâmica social, pois além de construir novos saberes e torna-los comuns, ela democratiza o acesso à informação, que ao alcançar um sujeito que sabe ler criticamente a realidade, torna-o capaz de construir uma sociedade mais cidadã e mais justa. Para 2019, o MOC está diante do desafio de redesenhar uma nova estratégia institucional, tanto pela conclusão do seu ciclo estratégico (2014 – 2018), quanto pela força da necessidade de uma estratégia comunicativa que seja capaz de mensurar os riscos de comunicar-se num contexto volátil, incerto, complexo e ambíguo. De uma certeza o MOC não abdica: comunicar é criar espaço democráticos para o diálogo entre os saberes e visibilização dos fazeres, sobretudo aqueles que fazem do Semiárido um lugar de possibilidades, de vida e dignidade.

5. RELATOS

a) História de Mudança

Nathiele Oliveira Lima, 16 anos, estudante, adolescente de vínculos do Projeto Parceiros Por Um Sertão justo. Comunidade de Boa Vista, de Aroeira, em Conceição do Coité, Bahia, Brasil.



Hoje eu posso dizer que só tenho gratidão por ter conhecido a família linda do MOC que transformou a vida da minha família. Minha infância uma é lembrança não muito boa, onde passei meses no hospital devido a não ter uma água de qualidade foi os piores meses da minha vida. Onde tive que abandonar a escola, minha família e meus amigos. Após alguns meses ao sair do hospital minha família recebeu uma visita do MOC onde tudo em minha vida mudou. A

partir dessa visita foi onde a comunidade, que eu moro e minha família foi cadastrada para receber uma cisterna no projeto ASA (Cisternas Para Consumo Humano). Eu era muito pequena, mas me lembro da felicidade de todos e inclusive da minha família. Daí em diante fomos acompanhados pelo projeto, do qual recebemos também a assistência do técnico, ele nós explica a cuidar do plantio da terra, da água, entre outras coisas. Depois de dois mês com o técnico, chegou o cadastro para as crianças entrarem no Projeto Parceiros Por Um Sertão Justo do MOC com a ACTIONAID. Foi a melhor coisa que já aconteceu em minha vida, comecei a escrever as cartinhas, mais em um dia fui

convidada para participar de um evento onde ia abordar o tema: Diretos e Deveres da criança e do adolescente quando passei a conhecer e aprimorar mais sobre isso, e com o passar do tempo veio mais eventos, onde tive o privilégio de participar com os temas: Comunicação, Intercâmbio, Direitos das mulheres, Roda de Conversa sobre os ancestrais, viagem para os 50 anos do MOC, viagem para Chapada de Diamantina e muito mais.

Tenho muito a agradecer por cada evento, roda de conversa e encontros, a partir desses espaços deixei para trás minha timidez, me sentir livre e acolhida para falar por todos os preconceitos que já passei, por todo o meu passado e dos meus ancestrais, foi onde aprendi que lugar de mulher é onde ela quiser, e de onde fui aprendendo a ser feminista e realizei um dos meus maiores sonhos, que foi poder ajudar crianças carentes, nas rodas de conversas me depositaram todas as forças para ajudar as crianças, hoje ajudo 35 crianças e jovens, não tiro o foco um minuto das palestras, pois quando chego à minha casa passo tudo para a família, a situação que nosso país se encontra etc. Posso dizer hoje tenho uma visão crítica sobre política, hoje estou preparada para lutar contra os preconceituosos. Minha família adquiriu mais uma cisterna, dessa vez a de produção com 52 mil litros de água, onde recebemos um quintal onde plantamos: coentro, couve, alface, pimentão, cebolinha, tomate, mandioca, feijão, quiabo, entre outros, com isso podemos ter uma alimentação saudável. Eu e minha família temos uma gratidão que não tem tamanho por participar dessa família linda que é o MOC, ACTIONAID, por mudar a nossa vida totalmente! **MUTAS COISAS BONITAS NÃO PODEM SER VISTAS OU TOCADAS, ELAS SÃO SENTIDAS DENTRO DO CORAÇÃO. O QUE VOCÊ FEZ POR MIM MOC É UMA DELAS. E EU AGRADEÇO DO FUNDO DO MEU CORAÇÃO. OBRIGADO!**

Camila Vitória Mota Lima, 15 anos, Comunidade de Salgado em Riachão do Jacuípe



Vou contar para vocês, a história da minha família, pense num povo retado e chegado numa intriga, nela tem trabalhador, pinguço e brigador, mas pense numa família unida;

Minha família é bem grande, e tenho muitos parentes pelo mundo, um mais louco que o outro que quando se junta assusta, o povão é risadaria, festança e cachaçada pense numa galera animada retada e engraçada;

Meu pai e minha mãe sempre trabalharam na roça, criando animais plantando e cultivando coisas simples para nós mesmos, sempre humildes trabalhando;

Apesar das dificuldades tudo era na alegria, mas nossa vida mudou, não foi da noite para o dia, foi com a chegada do MOC, melhorando nossos dias;

Há muito tempo que o MOC acompanha a minha família, com projetos cisternas e melhorias na agricultura, melhorando a estrutura de toda a nossa vida;

O MOC que além de nos ajudar em casa, melhora nosso intelectual, libertando-nos de nós mesmos abrindo nossos olhos para o mundo atual.

Particpei do CAT, ACTIONAID e várias outras coisas, sempre gostei de atividades, projetos e debates e sempre fui sonhadora;

Já quis ser dançarina, professora e médica, mas meu sonho mesmo era ser policial e esse sonho está cada vez mais perto, estou estudando para entrar no exército, pense numa alegria isso é sensacional; Através do MOC eu perdi a vergonha e fui em busca dos meus sonhos, enfrentando as dificuldades e disputas, nada disso é fácil, mas eu vou partir para luta;

Foi um poema pequeno, que conta a realidade, mostrando como MOC melhorou minha atualidade, o MOC está presente em nossa família, pois melhora as nossas vidas tanto em nós quanto no trabalho.

**Alex Santos de Jesus, 18 anos,
comunidade Quilombola Alto do Jitai,
Retirolândia**

Bom falar da Rádio Poste em nossa comunidade é muito gratificante, durante a minha caminhada com o MOC tem me proporcionado momentos inesquecíveis, e um deles foi com a chegada da Rádio Poste em nossa comunidade. A rádio poste é muito importante para mim pois tem colaborado na minha formação, como cidadão e comunicador da Rádio Poste.



A minha experiência com a rádio poste é uma ligação muito forte onde a rádio me ajudou no meu desenvolvimento, na comunicação, em tudo. Só tenho que agradecer pela as oportunidades que o MOC tem me proporcionado, nem só a mim, mas também para minha comunidade, pois ela vem contribuindo com desenvolvimento da comunidade, no processo de produzir comunicação e passar informações internas, e não ser apenas receptores dos meios de comunicações externos. Aqui nós apresentamos as coisas boas que a comunidade faz, mas também o que ainda falta para nós.

Antes de ter a Rádio Poste em nossa comunidade, éramos um povo tímido, que não tinha oportunidades para dar a sua opinião construtiva, mas graças ao MOC que nos possibilitou conquistar essa Rádio, na qual nossas experiências e conhecimentos só fizeram, pois a Rádio veio também junto com diversas formações, intercâmbios e encontros, que somaram muito para nós, nos fazendo entender sobre os nossos direitos e incentivando a mobilização social em busca dos direitos, que ainda são negados na nossa comunidade.

6. FOTOS:

Inauguração da Rádio Poste da Comunidade de Lagoa Grande/ Retirolândia



Feira de Saberes e Fazeres sobre Direitos das Crianças e Adolescentes – Retirolândia



Seminário sobre Comunicação Comunitária e Mobilização Social – Conceição do Coité



Apresentação da Experiência de Vínculos Solidários – Encontro de Parceiros da Acionai – Feira de Santana



Protagonismo – Criança tendo voz em Rádio Poste



7. CONCLUSÃO

Nosso intuito e objetivo estratégico é contribuir para um sertão justo. E concluímos mais um ano caminhando nesta perspectiva.

Nos acompanha a certeza de que, efetivamente, o sertão se tornou mais justo.

Como isso se deu e se concretizou?

Continuamos lançando sementes de autonomia para as mulheres. Elas saem das múltiplas circunstâncias que as oprimem e constroem, pouco a pouco, o espaço de seu protagonismo; segue a semeadura de uma educação contextualizada, que não se centra na perspectiva de transmissão de conteúdos desenraizados, mas sim na perspectiva de que a escola acolha a realidade em que está inserida, assuma e ajude as crianças e a escola a serem produtores de conhecimento e, a partir deste conhecimento, atuem na transformação da realidade em que vivem; segue o lançar sementes de uma assistência técnica que se centra na agroecologia e na convivência com o semiárido e, assim, vê crescerem ao seu redor os sinais do cuidado com a natureza, o crescer da cultura do estoque de água, de alimento para os animais e as pessoas humanas, a conservação da caatinga e a vida digna no semiárido; frutificam as sementes do surgimento de uma economia não centrada no lucro e na competitividade, mas na solidariedade. Nesta os grupos comercializam seus produtos e crescem na perspectiva de condições de vida mais dignas; lança-se igualmente a boa semente de que a

comunicação não é para manipular, iludir e construir mentiras, mas para ajudar as pessoas e grupos a se informar sobre a realidade, comunicarem-se entre si e se inter-relacionarem.

Concatenando todas estas sementes e plantios, vem o exercício da cidadania, na medida em que todas estas perspectivas são assumidas como direito e, igualmente, na medida em que se busca interferir na construção das políticas, na dimensão de que estes direitos sejam universalizados para todos os homens e mulheres.

Poderíamos, é certo, trocar bem mais em miúdos os nossos caminhos na perspectiva de um sertão justo.

Mas o descortinar destes caminhos é suficiente para mostrar por onde andamos, o que se conquista, nossas dificuldades, as perseguições que sofremos, a alegria que nos inunda a cada pequena conquista e a cada passo dado.

Veze parece que perdemos, que não vale a pena o caminho. Mas logo nos retoma a resistência, a coragem, o ânimo que nos chega de pequenos resultados, as vitórias de companheiros e companheiras.

E assim seguimos, sabendo que os caminheiros, que somos nós, nós fazemos no caminhar!

Agradecemos o apoio, a força, o encorajamento e o apoio de muitos e muitas que sempre estão conosco nesta construção.



www.moc.org.br [@moc_movimento](https://www.instagram.com/moc_movimento)

[facebook_MOC](https://www.facebook.com/facebook_MOC) [@ongMOC](https://www.tumblr.com/@ongMOC)